



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 113

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS.....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB.....	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 113**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Indicações	03
Ofícios.....	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	09
Pequeno Expediente:	
Dep. Valdir Rossoni	11
Dep. Barbosa Neto	16
Dep. Elza Correia.....	16
Dep. Natálio Stica	17
Dep. Augustinho Zucchi	18
Dep. Elio Rusch	19
Grande Expediente:	
Dep. Elza Correia'	21
Horário das Lideranças:	
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	14
Liderança do PFL:	
Dep. Elio Rusch	20
Liderança do PDT:	
Dep. Neivo Beraldin.....	24
Liderança do PT:	
Sr. Roberto Andrade	
Presidente do SindiSeab.....	25
Liderança do PMDB:	
Dep. Elza Correia.....	27
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	14
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	28
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	28
2ª Discussão	29
1ª Discussão	30
Discussão Única (Proposições) ..	32
Discussão Única (Indicações) ...	36
Requerimentos	36

Encerramento da Sessão Ordinária36**Transcrições.....36****Publicações:**

Diretoria Geral:

Portaria DAT40

107ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE OUTUBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (50). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Luiz Nishimori, Mauro Moraes e Waldir Leite (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 059/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual, elaborar e encaminhar a este Poder Legislativo um anteprojeto de lei, na forma do artigo 66 da Constituição Estadual, na forma da proposição em anexo ou que contemple ao máximo a sugestão de enquadramento salarial e de carreira dos servidores estaduais que ingressaram no quadro funcional do Estado com o requisito de titulação de técnico agrícola.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os artigos 3º, 5º, 9º, 26 e 28 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º...

§ 1º As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão: Apoio, Execução, Aviação, Penitenciária, Agropecuário e Profissional, conforme segue:

...

VI - Agropecuário, composta pelo cargo de agente agropecuário.

Art. 5º...

§ 1º A comprovação do preenchimento dos requisitos I a IV do *caput* deste artigo precederá à nomeação.

§ 2º Serão aceitos apenas certificados ou diplomas de segundo grau profissionalizante de um dos cursos técnicos agrícolas por escolas autorizadas ou reconhecidas, regularmente constituída, nos termos das Leis nº 4.024, de 20.12.61, 5.692, de 11.08.1971 e 7.044, de 18.10.82 e 9.394/96, habilitados nas modalidades: técnico agrícola em agricultura, técnico agrícola em agropecuária, técnico agrícola em açúcar e álcool, técnico agrícola em carnes e derivados, técnico agrícola em agroecologia, técnico agrícola em enologia, técnico agrícola em florestal, téc-

nico agrícola em leite e derivados, técnico agrícola em meteorologia, técnico agrícola em meio ambiente, técnico agrícola em pecuária, técnico agrícola em pesca, e técnico agrícola em eventual outra modalidade.

Art. 9º...

...

§ 3º...

...

VI - para o cargo de agente agropecuário: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído curso profissionalizante específico para desempenhar a função exercida, sendo um nível para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

...

Art. 26...

...

IV - para o cargo de agente agropecuário: imediatamente a publicação desta lei.

Art. 28...

...

IV - para o cargo de agente profissional, agente fazendário "A" e agente agropecuário: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente lei;

V - os servidores já contratados continuarão na classe e referência atual.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 060/2005

Art. 1º Sugere-se ao Poder Executivo que promova as medidas urgentes e necessárias para que o Estado do Paraná se prepare para a possível contaminação da população aviária do Estado do Paraná, pelo vírus da gripe aviária (H5).

Art. 2º Que o Estado do Paraná também promova as ações necessárias no sentido de estocar e garantir medicamento suficiente para atender a uma possível pandemia de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) os estados devem ter estocados 25% do medicamento antiviral.

Parágrafo Único. Atualmente o único antiviral conhecido contra o vírus H5N1, transmissível das aves para os homens, é o Tamiflu. Assim solicita-se ao Governo Estadual a aquisição desse medicamento.

Art. 3º Sendo conhecimento apenas um medicamento para combater o vírus, sugere-se, ainda, que o Estado do Paraná, por meio de seus institutos de pesquisas, em especial as universidades estaduais, promovam pesquisas médicas e farmacológicas sobre a gripe aviária.

Parágrafo Único. Sugerindo, ainda, que para isso sejam esses institutos municiados com dotações

complementares do orçamento para a execução desse fim.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o vírus H5N1, um dos propagadores da gripe aviária, é transmitido apenas de aves para humanos, no entanto, a Organização Mundial da Saúde teme que o vírus sofra mutações e passe a ser transmitido entre humanos. Preocupada com essa possibilidade, está alertando para os riscos de a gripe aviária ser a responsável por uma próxima pandemia, por isso, sugere aos estados que preparem um estoque do medicamento antigripal Tamiflu, para que possam deter o vírus e responder rapidamente quando se registrarem os primeiros surtos dessa possível pandemia.

O medicamento Tamiflu, do laboratório Roche é hoje o único antiviral eficaz contra a influença aviária. Razão pela qual, essa indicação legislativa propõe ao Estado do Paraná pesquisas farmacológicas e médicas para a prevenção e tratamento dessa grave doença. De acordo com o próprio laboratório, está sendo estudada a ampliação da produção para atender a todas as demandas, mas governos que deixarem essa decisão para depois de iniciada a pandemia não terão medicamento disponível para sua população. A sugestão dada pela OMS é que cada Estado seja capaz de atender com os medicamentos, ao menos 25% de sua população.

Por essas razões essa indicação legislativa solicita ao Governo a aquisição, em caráter emergencial, do medicamento mencionado, ação esta que já está sendo realizada pelo Governo do Presidente Lula.

Ofício

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 18 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tem o presente o objetivo de informar V. Sa. que o nosso nome foi escolhido como Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB. Essa comunicação se faz necessária, visando as prerrogativas que nos são concedidas pelo Regimento Interno desta Casa. Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) CIDA BOGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 09, 10 e 11, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, votação em separado do veto aposto ao Projeto de Lei nº 040/2004, do item 10, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3204

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SOLICITA os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, no Encontro de Administração Pública, promovido pela Prefeitura da cidade de União da Vitória, no dia 20 do mês de outubro do corrente ano, onde participarei como conferencista.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Encontro de Administração Pública tem como objetivo contribuir com o enriquecimento e aperfeiçoamento profissional dos participantes.

REQUERIMENTO Nº 3207

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, comunicar a participação, como membro da Assembléia Legislativa, na XV Convenção Anual da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - Faciap, nos dias 20 e 21 de outubro de 2005, em Foz do Iguaçu, conforme ofício anexo.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 93e 597/2005, que isenta de pagamento de pedágio os veículos das Apaes, em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze membros, para investigar, no prazo de 120 dias, denúncias veiculadas pela imprensa estadual e nacional, contra a Federação Paranaense de Futebol e a sua Comissão de Arbitragem.

Esse escândalo está sendo denunciado, diariamente, pelos principais órgãos de rádio, jornais e televisão do nosso Estado e de todo o País, dando conta da existência de uma verdadeira máfia da arbitragem que opera nos campos do Estado do Paraná, manipulando resultados das partidas organizadas pela Federação Paranaense de Futebol.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Elza Correia, Marcos Isfer, Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior, Neivo Beraldin, José Maria Ferreira, Miltinho Pupio, Reni Pereira, Arlete Caramês, Plauto Miró Guimarães, Geraldo Cartário, Durval Amaral, Chico Noroeste, Ailton Araújo e Nelson Garcia.

REQUERIMENTO Nº 3206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 23 de novembro próximo, para o lançamento da Cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, produzida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O trabalho de impressão da cartilha foi realizado pela gráfica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3200

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valfrido Domingues, nesta Capital.

Foi uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3201

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr.

Manoel Haygert, pai do professor Aroldo Murá Gomes Haygert, nesta Capital, ocorrido no dia 07 de outubro do corrente.

Foi uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3202

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Amélia Silva Pinto, conhecida como "Dona Lica", aos 76 anos de idade, nesta Capital.

Foi uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Verona, de Mercedes-PR, pelo falecimento do Sr. Valdir Verona, na data de ontem.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade e rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o ex-Vereador, da primeira legislatura de Mercedes, deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência à família enlutada, na pessoa da Sra. Dirlei Verona, via correspondência, a ser encaminhada à Avenida Dr. Mário Tota, 163 - CEP 85998-000 - Mercedes-PR.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3210

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão desta data, de efusivas congratulações aos médicos das associações médicas de: Assis Chateaubriand, Cascavel, do Extremo Oeste do Paraná, de Foz do Iguaçu, do Iguaçu, de Marechal Cândido Rondon, de Palotina, de Toledo, do Vale do Piquiri e a do Paraná, pelo transcurso do Dia do Médico, neste dia 18 de outubro.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso a cada médico associado das respectivas associações congratuladas, via correspondência.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Francisco Gabriel Lopes, líder do Grupo Catira de Dança Caipira “Pés Vermelhos”. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Silvano Pereira, integrante do Grupo Catira de Dança Caipira “Pés Vermelhos”.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Pedro Perez, integrante do Grupo Catira de Dança Caipira “Pés Vermelhos”.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Sebastião Jorge, integrante do Grupo Catira de Dança Caipira “Pés Vermelhos”.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Joaquim José Fernandes, integrante do Grupo Catira de Dança Caipira “Pés Vermelhos”. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Padre Aldino Rodrigues da Silva, pelos excelentes serviços prestados na área religiosa, à sociedade paranaense, em especial à comunidade da Paróquia Menino Jesus de Praga - Vila Lindóia.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Der-nizo Caron - Secretário de Estado de Obras Públicas,

encaminhando ofício da Câmara Municipal de Pinhais, conforme requerimento aprovado, de autoria do ilustre Vereador Joãozinho Ribeiro, solicitando com a máxima urgência o manilhamento de ruas no Conjunto Moradias Renato Bonilauri, no município de Pinhais.

Informando ainda, que conforme informações, o referido conjunto residencial foi construído pelo Governo do Estado.

Requer ainda que seja dado ciência ao Vereador José Rodrigues Dias, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joãozinho Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Camilo di Lellis, 393 - CEP 83.323-000 - Pinhais - PR.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando, com a máxima urgência, providências no sentido de que seja intensificado o policiamento nas proximidades da Igreja Universal do Reino de Deus, à Rua Pr. Antônio Polito, no Bairro Alto Boqueirão em Curitiba, devido às inúmeras reclamações de furtos e roubos de diversos comerciantes e aos moradores locais, que se encontram inseguros e desprotegidos devido à falta de segurança.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3184

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Inaro Fontan - Presidente da Viapar - Rodovias Integradas do Paraná, com sede na Rodovia PR-317 - KM 106 + 200 metros - Parque Industrial - Maringá - Paraná - CEP 87065-000, no sentido de enviar técnicos desse órgão para avaliar a necessidade de redutores de velocidade ou semelhantes, a serem instalados entre o KM 213 e o Km 218 da BR-376 - município de Jandaia do Sul.

A população solicita providências urgentes devido aos sérios acidentes que vêm ocorrendo nesse trecho.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3185

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Waldyr Pugliesi, no sen-

tido de viabilizar a duplicação da Rodovia BR-476 - Estrada da Ribeira, até a localidade de Guaraituba.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3188

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando providências no sentido de prorrogar a validade do concurso público previsto no Edital nº 01/2003, de 28 de fevereiro de 2003, para provimento de vagas no cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério Público Estadual.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A preocupação desta Parlamentar é ligada ao fato da aprovação de milhares de professores que cumpriram todas as etapas do concurso, e aguardam com grande expectativa a possibilidade de virem a tomar posse no cargo de professor na Rede Estadual de Ensino. A maioria desses professores já trabalham na Rede Estadual de Ensino, através de contratos pelo Regime da CLT ou PSS, lecionando em escolas do Estado.

A prorrogação da validade do concurso, prevista no item 13.8, do Edital nº 01/2003, que recepciona o artigo 37, inciso II da Constituição Federal, pode ser oportuna para os professores, para a escola, mais principalmente para o Estado que poderá economizar os recursos que seriam gastos em novo concurso.

REQUERIMENTO Nº 3190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar com possível urgência a reativação do módulo policial do bairro São Cristovão, no município de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em todas as épocas e em todos os tempos a Secretaria da Segurança incumbiu-se da defesa da honra e da integridade física da população paranaense.

Pode-se afirmar ser a Secretaria da Segurança a alma mater do Estado do Paraná. Nela se integram os espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia, de ordem e de disciplina.

Glória seja, pois, ao nosso pessoal que compõe a Secretaria de Estado da Segurança que soube criar figuras imponentes.

Nada mais confortante para todos os moradores do bairro São Cristovão, de União da Vitória que a fé nos homens que dirigem a Segurança, com espírito cívico e a nossa confiança no Paraná que soudar uma instituição capaz de encarar o futuro com aquela invencível confiança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

O bairro São Cristovão, do município de União da Vitória, possui atualmente, aproximadamente 25 mil habitantes, não podendo portanto, ficar sem um módulo policial para atender diuturnamente àquela população trabalhadora.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que homens e mulheres que dão a vida por aquele bairro, estão desesperados e ansiosos para que o Sr. Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, determine com urgência possível a restauração do módulo policial.

Vale aqui destacar, antes de mais nada, a importância dos segmentos de segurança, pois conhecemos pessoalmente a necessidade urgente de tal reivindicação daquela gente trabalhadora.

Por esta razão, estamos certíssimos que o Sr. Secretário da Segurança atenderá este pedido com a urgência que o assunto requer.

REQUERIMENTO Nº 3192

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, encaminhando requerimento de investigadores de polícia de Primeiro de Maio, ao qual solicitamos as devidas providências.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, solicitando esclarecimentos sobre a matéria veiculada no jornal Folha de Londrina, no dia 01.10.2005, no caderno Política, onde o mesmo afirma que não está previsto no Orçamento de 2006 a reposição das perdas salariais para os policiais militares.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3203

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE que a Assembléia Legislativa oficie ao Sr. Governador do Estado, para que determine ao Comando de Policiamento da Capital/Comando da Polícia Militar

do Paraná, melhor policiamento na Rua 24 Horas e ao Sr. Prefeito da Capital do Estado, Carlos Alberto Richa, para que determine reparos na mesma galeria.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A cidadã Regina Palazim escreve a este Deputado dizendo: "Fomos abandonados pela Prefeitura e consequentemente pela URBS. Está chovendo dentro da Rua 24 Horas."

Estive lá um mês e meio com o Prefeito Beto Richa. Ele prometeu tomar providências, mas até agora não fez nada.

Têm lojas que não pagam aluguel e outras fechadas e a URBS não faz licitação. A falta de policiamento, na rua e nas imediações, preocupa.

Regina Palazim vende lembranças de Curitiba. Tem quinze empregados, 80% da sua clientela é de estrangeiros. Turismo também é qualidade de serviços, correção de instalações, e segurança dos turistas.

Encaminhe-se também cópia deste requerimento à Sra. Regina Palazim - Rua Mena Barreto Monclaro - s/nº - Rua 24 Horas - lojas 23 e 24 - CEP: 80.410-260.

REQUERIMENTO Nº 3205

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Segurança Pública, e ao Comando da PM/Comando de Policiamento da Capital, seja esclarecida a ocorrência de explosão de bomba no estádio Couto Pereira, durante o Atletiba de sábado, 15 de outubro passado.

Faz o seguinte pedido de informações:

1. Como evitar bombas nos estádios?
2. Qual o efetivo policial designado para atuar num Atletiba?

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado recebeu e-mail de Marcelo Nogueira, atônito com o ato violento no estádio. Já respondeu ao eleitor, com seu próprio raciocínio, mas apreciaria a versão oficial, até para prevenir novas ocorrências.

REQUERIMENTO Nº 3221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informação à Secretaria de Estado da Agricultura, com cópia para o Delegado do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná, Valmir Kowalewski, sobre o repasse de recursos do Governo Federal destinado à defesa animal no Estado do Paraná.

Solicito ainda, que seja confirmado o investimento de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais) refe-

rente ao ano de 2004, R\$ 1.071.000,00 (um milhão e setenta e um mil reais), referente ao ano de 2005 e se há alguma pendência referente ao repasse de recursos.

Peço também que seja informada a data da prestação de contas.

Caso os valores citados não sejam confirmados, solicito que seja esclarecido o motivo.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido de moradores da Rua Avelino Almeida Cardoso - bairro Santa Cândida - Jardim Califórnia, que pedem, com a máxima urgência, policiamento ostensivo na rua em que residem e em todo o bairro.

Ocorrem assaltos diariamente e os moradores estão apavorados. A insegurança é total e a presença de policiamento certamente inibirá a ação dos marginais.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, a matéria intitulada Lula conhece o Brasil de vista, escrita pelo analista político Villas-Bôas Corrêa, publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 14 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 3216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, a matéria intitulada Irresponsabilidade: o drama da febre aftosa, escrita pelo empresário Antônio Ermínio de Moraes, publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 16/10 2005.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 3217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, a matéria intitulada A lição da aftosa, publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 13 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 3218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, a matéria intitulada Pecuaristas reagem à declaração de Lula de que saúde do gado depende do dono, escrita por Eduardo Biazini, com agências, publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 14 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 3219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, a matéria intitulada A sanidade relegada, escrita por Ágide Mene-guette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 14 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 646/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Eduardo Eurides Gurkewicz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Agricultor, dezessete anos, mãos calejadas, muito trabalho pesado. A história que poderia se confundir com a de milhares de outros brasileiros toma novos rumos quando o rapaz - o quarto entre os nove filhos - tem a possibilidade de deixar o interior do Rio Grande do Sul e alçar novos vôos no Paraná, mais precisamente em Curitiba.

Aplicado nos estudos, o jovem Eduardo não demorou em concluir o primeiro grau. Aos 23 anos, terminou o segundo e partiu para o vestibular. Passou em Direito, mas por falta de vocação, desistiu em seguida. Em 1982, entrou para a Faculdade de Odontologia.

Desde a sua graduação, já se passaram vinte anos, mas ainda assim, é bom recordar uma história de muito trabalho e persistência na busca por um sonho: o de ser o melhor no que faz. "Quero ter a melhor clínica de Curitiba e com muito trabalho e qualidade vou conseguir, por-

que tudo que quero, com ajuda de Deus, tenho conseguido”, diz.

Hoje, Dr. Eduardo Gurkewicz é um homem realizado, com uma família estruturada, católico de ir todo domingo à igreja. Busca tudo o que a vida pode lhe proporcionar de melhor. “Sempre acreditei em mim, não tenho medo de trabalhar, tenho fibra suficiente para buscar o que desejo”.

Para ser o dentista renomado que é, trabalhou de 1986 a 2000, cerca de 15 a 16 horas por dia, Costuma levantar por volta das seis da manhã, fazer exercícios e tomar café com a família. A rotina de trabalho começa às 8 horas e vai até às 18 horas. depois, reserva tempo para a hora dos compromissos sociais que terminam, muitas vezes, perto da meia noite. “Já cheguei a trabalhar dezoito horas por dia”, lembra.

Apesar do estilo inconfundível, possui princípios bastante firmes como a honestidade e dignidade. “Sou empreendedor. Não sou um dentista de quatro paredes. Gosto da visão do todo”, define-se.

Atualmente possui uma clínica odontológica com oito consultórios, sendo que trabalham na clínica dez dentistas e mais 25 funcionários, atendendo todas as áreas de odontologia.

O Dr. Eduardo é rotariano há dez anos. Durante esse tempo já participou de várias ações sociais. O objetivo dos rotarianos é servir à comunidade, por isso o Dr. Eduardo está sempre à disposição para contribuir no que for necessário para essas entidades.

Nesse período de dez anos, o Dr. Eduardo já exerceu vários cargos no Clube Rotário, sendo que atualmente foi indicado e eleito como Presidente do Rotary Clube Curitiba-Leste. Seu mandato estender-se-á de julho de 2006 a julho de 2007.

O Dr. Eduardo também participa de um grupo de quinze amigos de várias profissões que formam os amigos do prato, que se reúne, todas as primeiras segundas-feiras do mês, na sede do Senac, para cozinhar e jantar. Esse mesmo grupo, duas vezes no ano, realiza jantares para as respectivas esposas, comemorando no mês de junho - Dia dos Namorados - e no mês de dezembro - as Festas Natalinas. Esse mesmo grupo, além de seus jantares mensais e os jantares anuais para as esposas, realizam um jantar beneficente por ano, no mês de setembro, no Jockey Clube de Curitiba, cuja renda é revertida para entidades carentes.

O exame superficial do *curriculum vitae* dá a perfeita noção da personalidade de destaque que possui o Paraná. Seus trabalhos e realizações sempre proporcionaram o desenvolvimento e modernidade do trato da Odontologia nas diversas especialidades, em benefício do povo.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres Pares com assento nesta Casa deliberativa, para procederem aos devidos apoios à proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer, em vida, os méritos desse filho adotivo do Paraná, que tanto dignifica nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 647/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Olívio Zanella o trecho de estrada PR-180/473, ligando Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu.

Art. 2º Especificamente, o trecho de estrada mencionado no artigo anterior é o seguinte: rodovia PR-180, trecho Francisco Beltrão - Entrada PR-180/PR-281/PR-473 e Rodovia PR-473, trecho Entrada PR-180/PR-281 - Cruzeiro do Iguaçu.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Gaúcho ou riograndense, como gostava de ser chamado, nasceu em 27 de março de 1926, no município de Paim Filho, na época distrito de Vacaria/RS.

Zanella iniciou seus estudos em sua terra natal, mas, pela visão de futuro de seus pais, que o fizeram complementar sua formação secundária no tradicional colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre, acabou formando-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1954.

Ainda no Rio Grande do Sul, onde começou sua atividade profissional, casou-se com Clory Vieira Zanella.

Em 1961, mudou-se para a cidade de Pato Branco no Sudoeste do Paraná, acompanhando uma crescente colonização gaúcha que acontecia na região. Lá nasceram seus quatro filhos: Rossana, Francisco, Andréa e Fernando.

Radicou-se definitivamente na região e participou ativamente de seu desenvolvimento. Em Pato Branco atuou na construção de estradas municipais, no apoio à regularização agrária, na pavimentação urbana e em diversas edificações.

Em 1967, ingressou no Quadro de Engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER.

No DER/PR Zanella percorreu uma trajetória completa. O DER passaria a fazer parte da sua vida até os seus últimos dias. Mesmo desempenhando funções relevantes fora do DER, nunca deixou de acompanhar e participar de todas as ações daquele Departamento. Lá fez grandes amizades e era considerado uma figura simbólica. Zanella, pode-se dizer, era uma das poucas unanimidades no DER.

Começou como engenheiro fiscal do trecho Três Pinheiros - Pato Branco da BR-373. Depois, sucessivamente, engenheiro auxiliar do Distrito Rodoviário de Pato Branco (1967/1970), engenheiro-chefe do 16º Distrito Rodoviário de Ibaiti (1970-1971), engenheiro-chefe

do 9º Distrito Rodoviário de Francisco Beltrão (1971-1973), engenheiro-auxiliar do 9º Distrito Rodoviário e engenheiro-fiscal da rodovia Pato Branco - Francisco Beltrão, engenheiro-chefe do 8º Distrito Rodoviário de Cascavel (1974-1977). Nessa última função executou uma obra que passou a ser referência: a pavimentação, por administração direta do DER, do trecho Toledo-Palotina.

Em 1977, no Governo Jaime Canet, assumiu a supervisão da 5ª Gerência de Construção, abrangendo o Sudoeste e Oeste do Paraná. Naquele momento, o Paraná desenvolvia um grande programa de obras rodoviárias e Zanella, além de coordenar mais de setecentos quilômetros de construção de novas rodovias, foi responsável pela formação de uma geração de engenheiros do DER. Durante esse período foram executados, entre tantos outros, trechos na BR-153, na BR-280, na PR-281 e na PR-182.

Em 1981, assumiu o 1º Centro Regional de Manutenção em Curitiba.

Em 1983, completando um ciclo no DER, assumiu, na primeira gestão de Deni Schwartz como Secretário de Estado dos Transportes, a Diretoria-Geral do Departamento. Na sua administração, um grande impulso foi dado em todas as áreas do DER, com a conclusão de importantes obras como o trecho Pirai do Sul - São Jerônimo da Serra, da Estrada do Cerne. Numa busca constante de recursos junto aos órgãos financiadores como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco Mundial - BIRD, impulsionou programas como o da criação das patrulhas rodoviárias, que foram responsáveis pela recuperação e melhoramentos em milhares de quilômetros de rodovias rurais e o início da pavimentação com calçamento poliédrico, que permitiu a perenização de centenas de quilômetros no Sudoeste paranaense, bem como a construção de trezentas pontes em rodovias municipais. A maior preocupação de Zanella foi sempre com a manutenção do patrimônio que representavam as estradas do Paraná e durante o seu período como Diretor-Geral deu absoluta prioridade a essa área.

Por convocação do Governador José Richa, assumiu a Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, em junho de 1984. Foi Diretor-Superintendente da Emopar - Empresa de Obras Públicas do Paraná- de junho de 1986 a março de 1987.

Em março de 1987, retornou ao DER/PR como Diretor de Apoio Rodoviário aos Municípios, lá ficando até abril de 1989.

De abril de 1989 até dezembro de 1994 trabalhou na iniciativa privada.

Em janeiro de 1995 retornou, pelas mãos do seu grande amigo Deni Schwartz à Secretaria de Estado dos Transportes, como Assessor de Engenharia.

Em agosto de 2001, participando da gestão de outro grande amigo seu, Euclides Scalco, deu seu apoio

na Itaipu Binacional como Assistente de Diretor de Coordenação.

Em abril de 2002 assumiu a Diretoria de Coordenação da Itaipu. Nessas últimas funções colocou em prática suas idéias projetadas desde a infância, quando vivia na área rural de Paim Filho, e procurou desenvolver entre agricultores dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, práticas agrícolas voltadas à preservação do meio ambiente e que viessem a trazer resultado financeiro às famílias desses agricultores. O meio ambiente, muito antes de se tornar uma preocupação de todos, já era a grande preocupação de Zanella.

Fica no cargo até 22 de janeiro de 2003 e, em 28 de fevereiro deste mesmo ano, resolve, por fim, aposentar-se.

Em 09 de agosto de 1991, recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná pelos relevantes serviços prestados ao Estado, título proposto pelo então Deputado Haroldo Ferreira.

Zanella faleceu em 28 de março de 2004, um dia após completar 78 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradecemos a presença dos funcionários da Secretaria Estadual de Agricultura neste plenário na tarde de hoje, e também aos funcionários do Instituto Ambiental do Paraná, representados aqui pelo Sindiseab, que orgulhosamente o Presidente desta Sessão das parte.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente e servidores da Secretaria da Agricultura, Fundepar.

Quero dizer aos senhores, que quando um sindicato vem aqui representado para fazer as reivindicações, vários deles já foram convidados a fazer uma reunião na Casa Civil, para discutir a questão. Faz mais de dois anos que estão discutindo. Cuidado, para não ser convidado, hoje, novamente.

Sr. Presidente, temos aqui uma polêmica que precisa ser explicada à opinião pública. Nos últimos cinco meses estamos pedindo ao Secretário da Comunicação que nos explique como é que estão sendo gastos os 140 milhões em comunicação, no Governo do Estado.

O Sr. Secretário insiste em dizer que as despesas estão todas no site.

Quero dizer aos senhores, não sou um expert em internet, apenas o feijão com arroz, mas procurei uma pessoa que é expert em navegar na internet, como disse o Secretário. Pedi para ele que acessasse as despesas do Governo do Estado, e estão aqui as tentativas que fizemos

para ingressar no site, para vermos as despesas do Governo do Estado, em diversas áreas. Mas, infelizmente, por mais que você entenda a internet, você tem grandes dificuldades de chegar a uma conclusão e de deter detalhes das despesas do Governo do Estado.

Porque tem que ficar claro, o Secretário foi arrogante na sua resposta. Arrogante quando diz que se eu não entendo de internet, que procure alguém. Quero dizer ao Secretário que pela dificuldade que encontrei procurei expert em navegar e, mesmo esse expert não conseguiu.

Agora, quanto à arrogância do Secretário, é próprio dele. Quando veio aqui e colocou o Governador numa fria, e disse que havia Deputados que tinham oferecido apoio ao Governo em troca de dinheiro da Comunicação, ele colocou o Governador numa fria. Por quê? Depois, o que ficou comprovado. Ficou comprovado, na verdade, que não existia nenhuma prova contra os Parlamentares, criou-se uma polêmica danada e o Governador foi levado, induzido a erro, por esse Secretário prepotente.

Porque não é nada mais do que a obrigação do Secretário da Comunicação informar ao Deputado onde estão sendo gastos os recursos do Governo do Estado. Temos, neste momento, queremos saber aonde está sendo gasto o dinheiro que está sendo gasto em saúde. É obrigação deste Parlamentar.

Não sei se o Deputado Cartário está aqui, não está, estava na Mesa, por exemplo, eu vou buscar, contratei uma auditoria, e por esta razão, Srs. Deputados, quero os gastos com comunicação especificados, uma lista de despesas, porque vou buscar e vou provar ao Governador que tem gato nessa história, porque quando o Secretário, desde o mês de abril, não informa a este Parlamentar, é porque ele quer esconder alguma coisa. Quero dizer ao Sr. Secretário, vou buscar aqui por exemplo, tem uma gráfica...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua, ou vai usar o tempo do PSDB?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem. Levantei uma questão de ordem sobre as inscrições regimentalmente corretas do Deputado Anibelli no Grande Expediente. Pedi ao Presidente para inscrever-me no dia de hoje e quero saber se permanece a inscrição do Deputado Anibelli, porque até prefiro que prevaleça porque no meu requerimento fiz inscrição para o Grande Expediente do ano que vem inteiro.

Gostaria de ter respondida essa Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto ao Deputado Antonio Anibelli se mantém a sua inscrição no Grande Expediente de hoje, ou se poderíamos ceder o tempo ao Deputado Rossoni?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Havia cedido o meu tempo à Deputada Elza Correia. Temos procurado, Sr. Presidente, dentro das matérias, com o Deputado Rossoni, poderemos até discutir sobre este assunto, acho que V. Exa. tem razão no que levanta, mas nós estamos falando, esta semana, sobre febre aftosa que a Deputada Elza Correia ontem fez no Pequeno Expediente e hoje ou havia me solicitado a transferência do horário a ela.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na mesma esteira do Deputado Rossoni na semana que passou, na ausência do Deputado Anibelli, havíamos feito uma questão de ordem à Mesa. Agora, o que está parecendo, não vai aqui uma reclamação a V. Exa. que está presidindo a Sessão neste momento, mas sim à Mesa Executiva como um todo, porque desconsidera-se as questões de ordem, desconsidera-se os regimes de urgência, desconsidera-se praticamente tudo o que está acontecendo aqui dentro, está sendo desconsiderado o Regimento Interno e a Constituição do Estado.

Então, é uma maneira de chamarmos a atenção para esses aspectos, e que seja definitivo, porque não é possível que a Comissão Executiva não tome uma providência plausível que venha ao encontro do interesse do Plenário, do telespectador, do leitor e também do interessado Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência vai tomar as seguintes decisões com relação às questões de ordem levantadas: se o Deputado Anibelli não usar o Grande Expediente nós teremos que repassar a palavra a quem está inscrito, que é o Deputado Rossoni, está inscrito no caso da ausência de V. Exa. no uso do Grande Expediente. Então, se V. Exa. não for usar o Grande Expediente nós teremos que dar a palavra a ele, que se inscreveu.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, mas não é possível! A nossa reclamação da semana passada é que não é plausível que um Deputado se inscreva por três, ou quatro meses, para o Grande Expediente, não é uma situação normal. Há seis mandatos que continuo no Legislativo e nunca vi algo parecido. Algo que nos causa espécie, sobretudo quando alguém que é Líder do Partido do Governo. Ele se inscreve o ano inteiro e nós ficamos limitados.

Isso é algo que agride a paciência de qualquer Parlamentar eleito pelo voto direto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Procede a questão de ordem de V. Exa. Há um Regimento Interno e a Mesa Executiva está seguindo. O erro é do Regimento que permite isso. Deveríamos mudar o Regimento.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Esta Deputada tem aberto mão sucessivas vezes, inclusive a pedido de nossa Bancada, pois é importante que todos falem dentro do princípio democrático.

O Deputado Antonio Anibelli está amparado regimentalmente, e isso já foi feito por outros Deputados aqui.

Se pudéssemos levar em consideração, pois várias vezes esta Deputada abriu mão para que fossem contemplados outros companheiros. Que fosse feito hoje, e a partir de amanhã reconsiderássemos esta discussão.

É uma solicitação que estou fazendo, porque sucessivas vezes acaba sempre a Deputada sendo prejudicada.

Muito obrigada!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Quero dizer a V. Exa. e à Casa que muitas vezes cheguei a este plenário para me inscrever e estava lotado antes do horário. Quando era a Oposição ela se inscrevia a semana inteira, a semana seguinte também. Consultei o Presidente e ele me disse que é de livre e espontânea vontade, que poderia me inscrever quantas vezes quisesse e eu me inscrevi até o fim do ano. E fiz isso para que fosse levantada essa preocupação.

Ou se estabelece uma regra e se respeita, ou vira bagunça. Porque o Regimento que foi alterado ficou pior que o anterior. Fizeram um Regimento para favorecer minorias nesta Casa. E não aceitamos! Por isso que me inscrevi.

Abro mão de todas as minhas inscrições, desde que passem a ter respeito por todos os Deputados desta Casa e não só a meia dúzia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Peço à assessoria que requeira as notas taquigráficas, porque quero ter em mãos essas notas.

O Deputado Antonio Anibelli está coberto de razão. Ingressei nesta Casa um requerimento requerendo o Grande Expediente para o ano que vem. Já está aprovado. Regimentalmente tem que ser respeitado. Por esta razão estou respeitando o requerimento do Deputado Antonio Anibelli.

Quero que fique registrado que o meu requerimento já está aprovado. Nós próximo mandato, não sei se vou estar aqui o povo vai julgar. Agora, no próximo ano, se Deus me permitir (ele é o único que pode me tirar dessa vida, mas espero que ele tenha bondade de me

suportar mais alguns anos nesta vida e nesta terra), espero estar com toda saúde para fazer o meu trabalho.

Então, no ano que vem, naturalmente, esse privilégio do gozo regimental vai pertencer ao Deputado Rossoni que já tem um requerimento aprovado nesta Casa. Como está funcionando normalmente, queremos que continue funcionando, porque no ano que vem quem vai ser privilegiado nessa questão serão os Deputados de Oposição.

Sr. Presidente, volto ao assunto Secretaria da Comunicação. O site da gestão pública mostra o que já foi pago, resumidamente, sem os detalhes necessários para efetiva fiscalização. Por essa razão, Deputado Dobrandino, espero ter a sua compreensão, como Líder do Governo. Para que eu não cometa injustiças, espero ter os gastos com comunicação detalhadamente, porque existem alguns casos, como por exemplo, a Gráfica Oxigênio, de Mandirituba, que recebeu trezentos e setenta mil reais. Não quero cometer uma injustiça com a Gráfica Oxigênio de Mandirituba, mas eu tenho o direito de ir à gráfica, buscar as notas fiscais, verificar a prestação de serviço.

Outro exemplo: aquele rapaz que é parecido com o Marcos Valério, o rapaz do Repórter das Estradas, o Cezar Sette, ele recebeu cento e cinquenta e sete mil reais através da Secretaria da Comunicação, porém, está fazendo um serviço para a Secretaria dos Transportes. Nós queremos verificar se recebeu pela Comunicação, se recebeu pelo Transportes, porque daí o valor é maior e se o valor é maior, nós vamos verificar o trabalho realizado. Eu apenas vou fazer o que é minha obrigação.

Acessei a Internet, estão aqui todos os gastos, apenas com a Secretaria da Comunicação. Só que o Secretário, com sua arrogância contumaz, para tentar escapar das informações, em um determinado momento informa a este Deputado que gastou quarenta e oito milhões através da Secretaria da Comunicação (não estou falando das outras Secretarias e das empresas indiretas), só que daí você acessa à Internet e as despesas são vinte e nove milhões. Quem está falando a verdade? O site da Secretaria da Comunicação ou a informação do Secretário?

Não gosto de fazer pré-julgamento, mas quero mandar um recado ao Secretário da Comunicação: não tenha medo de mandar as informações. Vou prestar um grande serviço ao Governador Requião. Vou provar que a sua arrogância está escondendo alguma coisa. Eu vou pegar a capricho, já contratei uma auditoria.

Só para os senhores terem uma idéia: saiu um cartaz da Secretaria dos Transportes que mostravam a mesma curva, a estrada esburacada e a estrada conserxada, mas mostrava a mesma nuvem e o mesmo capim à beira da estrada. Quer dizer, a pessoa que tirou a foto teve a sorte de quando a estrada estava esburacada tirou a foto. Meses depois ele voltou ao mesmo lugar, na mesma posição e tirou a foto da rodovia com o céu com as mesmas nuvens. Aí nós questionamos o Governo, porque não é possível, só podia ser uma foto montada. O Secretário

reconheceu o erro, admitiu a crítica que nós tínhamos feito desta tribuna, e mandou confeccionar novos cartazes. Sabe quanto custaram os novos cartazes? Duzentos e cinquenta e sete mil. Anunciados pela Secretaria da Comunicação.

Aí, um outro dia, este Parlamento pediu ao Secretário que informasse quanto o Governo estava gastando para colocar naqueles pontos de ônibus aqueles cartazes, diga-se na verdade que não eram verdadeiros, que diziam: “O governo criou 500 mil empregos”. Lembram?

Agora, o Governo vem à televisão e diz que: “criou 280 mil”. Quer dizer, ou o cartaz que estava no ponto de ônibus estava incorreto ou a informação do Governo da geração de empregos está incorreta agora. Porque primeiro, no ponto de ônibus eram quinhentos mil, agora na televisão, 280 mil! Um dos dois deve estar equivocado. Não existem dois números. Matemática é exata. Sabem quanto foi gasto com aqueles cartazes? Quinhentos mil reais.

Estes são alguns detalhes que acessando com grandes dificuldades a internet do ilustre Secretário da Comunicação, é que nós pudemos observar. Agora, se tivermos todo o relatório nós não vamos cometer injustiças, porque não quero levantar, sob hipótese alguma, injustiças.

Se esses valores que são informados pela Secretaria da Educação, são verdadeiros, virei à tribuna cumprir ao Secretário da Comunicação. É minha obrigação. Mas, também tenho a obrigação de ir lá na Gráfica Mandirituba Oxigênio para ver o que foi gasto.

Até queria pedir ao Deputado Cartário, se de repente ele conhece essa gráfica?

Deve ser uma gráfica grande para ter esse faturamento.

Então, por esta razão quero responder ao ilustre Secretário da Comunicação: “A sua arrogância não vai me desviar do foco de fiscalizar. O trabalho deste Parlamento é de fiscalizar.”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para concluir, Deputado Rossoni.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, tenho o Horário da Oposição e até justifico porque estou fazendo uso. Porque logo a seguir ao terminar este meu pronunciamento, tenho que me deslocar para União da Vitória, Deputado Bradock, porque estarei representando a Frente Parlamentar sobre a discussão do plebiscito do desarmamento. E estarei lá com todas as faculdades de União da Vitória em um debate onde diversas pessoas estarão procurando esclarecer à população.

Os senhores sabem da minha opinião deste plebiscito que a própria população já está sentindo que é inoportuno.

Só para os senhores terem uma idéia, ontem busquei mais um dado. O Governo Federal este ano prometeu gastar cem milhões em segurança, distribuindo para os estados. Até o presente momento, ele repassou para os estados oito bilhões.

Sabem quanto estamos gastando com o plebiscito? Quinhentos milhões. Em um plebiscito, eu considero que as inserções na televisão são uma vergonha, não esclarecem e deixam a população em dúvida. Parece que virou briga de candidato. Não sabemos mais o que pode ser melhor à população brasileira.

Srs. Deputados, sei que hoje fui alvo de comentários na escolinha do Governador Requião. Uma hora chega uma informação, outra hora chega outra, mas tenho certeza que o mais preocupado com o pedido de informação é o Pissetti. Eu chamo o Pissetti de fugitivo, porque ele não teve coragem de vir a esta Casa para se explicar. Agora ele vai explicar por escrito. Vou ter o prazer de levar ao Requião, se eu encontrar irregularidades. Quem tem medo de informar é porque tem algo. Quero levar as irregularidades ao Governador, em mãos, para provar que esse cidadão não merece, pela sua prepotência, ser Secretário da Comunicação.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró e, em seguida, se possível, ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Rossoni, ouço com bastante atenção as suas colocações.

Quero lhe dizer que recebi a resposta a um pedido de informações, do Sr. Ailton Pissetti, Secretário da Comunicação, um documento, um ofício, dizendo para acessar a internet e ele deu a senha. É estranho, porque quando você acessa a internet está tudo enrustido, escondido e ali não contém informação clara nenhuma. Fiz esse pedido de informações a ele, para que me passassem os meios de comunicação, o valor, enfim, onde está sendo gasto só neste ano, 140 milhões de reais, que a Secretaria da Comunicação está, através, dela, direcionando para os meios de comunicação do Estado do Paraná, às gráficas, para produtoras e televisão e assim por diante. A resposta não vem. O que me passaram foi justamente isso: acessar a internet. Lá na internet está tudo escondido, por código, para ninguém, entender nada.

Espero que o Secretário e o Governo Requião - tão transparentes que são, ou melhor, divulgam que são - passem para nós exatamente aonde foram esses 140 milhões de reais, neste ano de 2005. Por que escondem? Quem esconde, Sr. Presidente, é sinal que tem alguma coisa errada. Parece-me que na Secretaria da Comunicação há muita coisa errada: muito dinheiro para um canal de televisão que tem pouca audiência. Parece-me que há alguns meios de comunicação que estão servindo de instrumento, Srs. Deputados - não tenho provas e não vou citar nomes - de repasse de recursos para determinados amigos do Governador e do próprio Secretário da Comunicação Social. Temos que saber onde estão sendo gastos esses

140 milhões de reais. Quem não tem medo, manda para cá explicado onde está sendo gasto. Do jeito que está, está tudo escondido, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Por isso que eu preciso detalhadamente dos números para não cometer equívoco.

Acessando a internet - para os senhores terem idéia e verem se está correto - a Tribuna da Imprensa do Rio de Janeiro recebeu 329 mil, Deputado Scarpellini e a Gazeta do Povo do Paraná recebeu 24 mil. Não posso fazer uma miniauditoria ou fazer um parecer meu se há irregularidade ou não, se eu não receber toda a informação. Se eu pegar aqui a Tribuna da Imprensa do Rio de Janeiro, com 329 mil e pegar a Gazeta do Povo, com 24, alguma coisa está errada, porque nós, lá no Rio de Janeiro, não temos tamanho interesse, quanto temos aqui no Paraná.

Por essa razão, quero fazer um parecer depois de todas as informações de todas as informações.

Acredito que justifiquei a questão, citei números, tive o cuidado de não ser como o Secretário foi, deselegante com este Parlamentar, porque ao ser deselegante comigo, ele foi deselegante com esta Casa. Não prestar informação desde o mês de abril e ontem dar aquela declaração no jornal - disse que se eu soubesse acessar a internet, navegar na internet, eu poderia ir. Ele é mentiroso, ele falta com a verdade, para ser mais suave. Porque ele informa em um momento que gastou quarenta e oito milhões e depois no site dele, tem vinte e nove milhões de gasto. Onde está a diferença?

Não é muito, São dez ou doze milhões! Para quem viu o Valério com quatro bilhões e pouco, claro que acha que onze ou doze milhões são muito pouco.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca e, logo após, ao Deputado Durval e aí encerro e, com a permissão de meus pares, vou a União da Vitória.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Rossoni, acho importante para o Paraná o serviço público que é representado pela Oposição e pela Liderança da Oposição. Acho que todos os questionamentos devem ser bem-vindos pelo Governo, até porque o Sr. Governador - entendendo aqueles que discordam dele, informações corretas -, acaba até sabendo coisas que normalmente não saberia.

Então, todas as Oposições prestam um ótimo serviço. Agora, com relação ao número de quinhentos mil empregos, contraposto ao número de duzentos e oitenta mil, tenho a explicação estatística.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Rafael, entendo o seu direito de fazer a defesa quanto ao questionamento dos números com todo o prazer e, regimentalmente, V. Exa. tem razão.

Mas, o aparte já está na palavra, porque é um aparte, é rápido.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Só para terminar, duzentos e oitenta mil empregos, vezes quatro, dá quinhentos mil empregos, porque cada emprego direto dá quatro empregos indiretos.

Só isso. Não vou tomar o seu tempo de Oposição. Agora, lamento que não tenha me dado o mesmo tempo que deu ao Deputado Plauto, por exemplo!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço e me inscrevo amanhã, pelo respeito que tenho a V. Exa., e lhe darei todo o tempo que eu tiver da tribuna para que use a palavra, porque V. Exa. contribui com o aparte.

O Sr. Rafael Greca (PMDB) (Aparte)

Está bom! Até amanhã.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Durval, antes de passar a V. Exa., minha assessoria me trouxe os números, e eu me equivoquei nos números e não quero cometer uma injustiça.

Quando foi mandado reimprimir aqueles cartazes da fotografia, que descrevi aqui, o Secretário nos informou que seria impresso gratuitamente pela gráfica que tinha feito o erro. E cometeu um equívoco. Está aqui a reimpressão e não são duzentos e setenta e cinco mil, mas são um milhão, duzentos e cinquenta. E ele nos informou oficialmente, dizendo que a gráfica iria arcar com o erro da montagem daquela foto.

Para concluir, concedo um aparte ao Deputado Durval.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Nobre Deputado Valdir Rossoni, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, pelas cobranças que efetivamente faz, até porque, como muito bem colocou o nobre Deputado Rafael Greca, a crítica da Oposição é uma contribuição ao Governo do Estado, para que ele não cometa os mesmos erros. E todos nós sabemos que o Governo passado foi muito criticado pelos gastos em comunicação. Efetivamente, este Governo, que criticou no passado a Oposição, com toda certeza se sente até de uma maneira indigesta para defender esse número astronômico de cento e quarenta milhões de reais em apenas um ano. Há quem diga, inclusive, que esse número pode ter ultrapassado a casa dos duzentos milhões de reais, já.

Mas, a título de contribuição, quero sugerir a V. Exa., que é um Parlamentar experiente, para que requeira ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nesta tarde, todos os gastos em comunicação social da administração direta, da administração indireta, ou seja, da Sanepar, da Copel, das outras empresas do Governo, com Comunicação durante este ano. E daí, vamos confrontar os números. O Tribunal de Contas, como órgão auxiliar da Assembléia, não se furtará a prestar essa importante

informação à Assembléia Legislativa com a maior brevidade.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu agradeço os apartes dos Srs. Parlamentares.

Sei que nós Parlamentares temos o direito de requerer técnicos do Tribunal de Contas para nos assessorar. E eu estarei requerendo um auditor do Tribunal de Contas para me auxiliar e auxiliar meus auditores para que eu não cometa enganos nessa questão, porque eu quero ter o prazer e a honra de, se encontrar, e tenho a certeza porque já tenho graves indícios de irregularidades, levar em mãos para o Governador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto, com a palavra.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Subo à tribuna na tarde de hoje para apresentar à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o requerimento que está assinado por dezoito Parlamentares desta Casa, pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias que estão sendo veiculadas na imprensa estadual e nacional contra a Federação Paranaense de Futebol e à Comissão de Arbitragem desta mesma Federação.

Nós, inclusive, tivemos acesso a uma lista de envolvidos em denúncias de corrupção cometidas no campeonato paranaense deste ano. O próprio Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paranaense de Futebol denunciou treze pessoas, entre árbitros e dirigentes do futebol paranaense, sendo que apenas duas foram punidas. Nós estamos com esta lista em mãos. Não posso ainda divulgar essas denúncias, mas estou trazendo ao conhecimento desta Casa para que possa, regimentalmente, instalar essa Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar essas denúncias. Os principais órgãos de rádio, jornais e televisão do nosso Estado e de todo o País dão conta da existência de uma verdadeira máfia da arbitragem no futebol paranaense, com a manipulação de resultados de partidas, que são organizadas pela Federação Paranaense de Futebol.

É uma denúncia grave. Nós já tivemos outros indícios em anos anteriores na gestão do Sr. Onaireves Nilo Rolim de Moura, que é o Presidente da Federação Paranaense de Futebol, que não foram apuradas. Nada mais justo, até para poder dar credibilidade a essa Federação que está há mais de vinte anos com o mesmo Presidente, que todas essas denúncias sejam apuradas.

Não é possível que o maior órgão agregador, a maior instituição que agrega o povo brasileiro, que é o futebol, também aqui no Estado do Paraná tenha a corrupção tomando conta dessa atividade. Nós não podemos fazer pré-julgamentos, mas essa lista precisa ser investigada. Ouvi até Deputados dizendo que não é essa a função, o Paraná, a Assembléia não tem que investigar futebol.

Ora, diante de tamanhas denúncias, da gravidade que elas apresentam, envolvendo pagamento de ingressos, manipulação de resultados, nós não podemos ficar omissos diante dessas denúncias. Se for o caso, daremos até um atestado para a Federação Paranaense ou para a Comissão de Arbitragem, mas ficar alheios a tudo isso seria omissão. E nós não podemos nos omitir diante de fatos gravíssimos que movimentam bilhões de reais, anualmente, através do futebol que hoje é business e que envolve o sentimento dos torcedores apaixonados. E é até crime contra a economia popular porque pagam ingressos; existem até emissoras de televisão que pagam pelos direitos de transmitir essas partidas. Os jogadores recebem altíssimos e milionários salários, portanto, tudo isso tem que se investigar.

Dizem que a máfia do apito do Paraná é pior do que a máfia da arbitragem no futebol brasileiro. Temos que investigar!

Já está protocolado nesta Mesa, vamos aguardar esta Presidência tomar os trâmites legais para que, definitivamente, seja instaurada essa Comissão e todos os fatos sejam apurados, fatos consumados já existem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou usar cinco minutos agora, depois eu uso vinte.

Queria cumprimentar a todas as categorias de trabalhadores aqui representadas. Sejam bem-vindos a esta Casa, Sindicato dos Servidores da Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente, Fundepar, também Sindisaúde que está aí, Sindijus e várias categorias e dizer que é sempre muito importante, faz parte do processo democrático a atuação, a mobilização dos trabalhadores do nosso País, porque além de ser um direito democrático é assim que nós construímos a nossa cidadania.

A minha origem política também é do movimento sindical e sei o quanto é importante a participação dos senhores e das senhoras neste momento. Tenho recebido no gabinete - e vários Deputados também - vários representantes sindicais, tenho feito reuniões acompanhando esses companheiros e companheiras com a Secretária da Administração, o Secretário da Ciência e Tecnologia, Secretário da Saúde, Secretário das Finanças, Secretário

da Educação. Além disso tenho conversado com o Secretário da Fazenda e também com o nosso Procurador Jurídico, Dr. Botto, com relação a outras questões como os funcionários que estão fora do enquadramento, a questão dos agentes fazendários, portanto cumprindo, todos nós Deputados e Deputadas, o nosso papel de interlocutores, de caixa de ressonância dos pleitos, das reivindicações e dos direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Paraná.

Esta pauta de reivindicações que foi entregue a todos nós é um pleito justo, evidentemente, no documento que recebemos dos aposentados e pensionistas está muito claro que no QPPE a ausência de reajuste já se estende por mais de dez anos, desde o Governo anterior.

Portanto nos posicionamos aqui, evidentemente sou da base de sustentação do Governo, sou do PMDB mas aqui temos que tratar todas essas questões com imparcialidade e funcionar como interlocutores e interlocutoras que todos nós somos.

É certo que o Governo Requião - e isso falado inclusive por presidentes de vários sindicatos - tem voltado o olhar para várias categorias como foi o caso do magistério, dos policiais, dos professores da universidade, promoções e progressões do QPPE, além de remuneração mínima do piso salarial, abonos de algumas categorias, gratificação implantada no ano passado para o pessoal da Saúde que era a Gas, tivemos uma briga danada por essa questão, os servidores penitenciários também. Entretanto não podemos dizer que com essas medidas o problema esteja resolvido, porque são várias categorias que também esperam ser atendidas e têm o justo direito de continuar pleiteando e buscando atendimento para suas reivindicações.

Portanto, neste dia de manifestação, de paralisação dos trabalhadores é importante que esta Casa se posicione como parceira incondicional dos trabalhadores e que ressalte que temos procurado manter um canal de comunicação entre o Governo e sindicatos. E hoje ainda conversávamos com o Secretário Maurício Requião para que tomássemos conhecimento das reivindicações que fazem parte de uma pauta que foi entregue ao Secretário e que os professores aguardam uma fala a respeito. Então, neste sentido dizer que é justo, somos parceiros, entendemos a importância da participação de todos vocês e estaremos juntos, buscando soluções para esses problemas que não são novos. São problemas que se arrastam. E todos sabemos que aos trabalhadores, além das questões estruturais administrativas, o que pega real e efetivamente é a questão salarial. Ninguém consegue trabalhar devendo para parente, enfim, emprestando do vizinho. E portanto é uma questão que pega de frente a categoria dos trabalhadores: a questão salarial.

Contem conosco, vamos continuar junto ao Governo como temos feito agora, buscando uma solução para esse problema que é de fato grave e que tem uma história já há mais de dez anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes.

Infelizmente só tenho cinco minutos, mas quero rapidamente trazer uma notícia que considero de grande importância.

Ontem, o Presidente Lula foi agraciado com a medalha da agricultura FAO - Organização Mundial da Agricultura e do Combate à Fome. A mais importante medalha, o mais importante mérito em defesa no combate à fome do mundo. E por que o Presidente Lula e o Brasil receberam essa homenagem? Trago aqui alguns números que são muito importantes serem lembrados. Principalmente àqueles que fazem e aqui fizeram críticas ao programa Fome Zero do Presidente Lula. O Fome Zero investe 27 bilhões no combate à fome e à pobreza.

Na abertura da Semana Mundial de Alimentação, que foi dia 11 de outubro, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome anunciou o balanço dos investimentos e o resultado do programa Fome Zero.

Desde 2003 o Governo Federal investiu 27 bilhões nas ações de combate à pobreza, que integram o programa com o Fome Zero. O Brasil passou a ter a primeira política nacional de combate à fome. São 31 programas e projetos executados por vários órgãos federais. Alguns inclusive com parcerias com organizações da sociedade civil.

O Fome Zero não é apenas um programa social; é um conjunto de políticas governamentais e não governamentais para erradicar a fome e a desnutrição. “Temos ainda muitos desafios” - disse o Ministro - “mas, já podemos dizer que estamos vencendo a luta contra a fome”.

Em 2005 o volume de recursos para o Fome Zero cresceu 33% em relação a 2004, chegando a ser aplicado doze bilhões de reais e no ano passado foram aplicados nove bilhões. Diria que o programa Fome Zero não é só um programa de combate à fome, como se diz por aí. Ele tem várias ações. Destaco rapidamente: Bolsa-Família.

Programa que unificou quatro programas na transferência de renda, que é o bolsa-escola, bolsa-alimentação, cartão-alimentação e auxílio-gás. Atende a oito milhões de famílias. Está desde agosto presente em praticamente todos os municípios brasileiros. Significa que 68% dos lares pobres do Brasil, recebem este benefício.

Programa de Aquisição de Alimentação da Agricultura Familiar: o Governo compra alimentos de agricultores familiares, no valor de 2,5 mil anuais por trabalhador, e cinco mil, nos casos de produção de leite.

Programa Nacional de Alimentação Escolar: atende, pasmem os senhores, e pouca gente fica sabendo

disso, diariamente, 37 milhões de crianças nas escolas que recebem a merenda escolar.

Programa de Construção de Cisternas: esse é um programa que vem garantir água limpa, principalmente às famílias de baixa renda do sertão, do agreste nordestino e Norte do nosso país. Hoje, 403 mil pessoas já têm água limpa, graças a 105 mil cisternas. O programa é a construção de um milhão de cisternas em todo o território nacional.

De fato, é um programa que vem trazer referência às famílias mais pobres e humildes do nosso país.

Outro programa: Centro de Referência de Assistência Social diz respeito à casa de família. O Governo está financiando a construção de 1177 centros e 1201 municípios brasileiros. Aqui no Paraná, os senhores podem pedir informação ao Secretário Romanelli e vejam a belíssima parceria que tem feito o Governo Federal com o Governo do Estado no que diz respeito às casas para as famílias de baixa renda que não tinham sequer aonde morar.

Portanto, vejam que há um programa interessante que está sendo realizado em todo o Brasil e é por isso que o Presidente Lula recebe, em nome de todos os brasileiros, essa medalha, e isso nos orgulha muito.

Quero, antes de encerrar, trazer rapidamente algumas verdades em cima do caso da febre aftosa.

O Mato Grosso do Sul, aonde se deu o foco, na cidade de Eldorado, gastou em 2005, até agosto, doze milhões de reais na defesa sanitária animal. Nesse mesmo período, o Governador Roberto Requião gastou apenas 639 mil. Cinco por cento do que foi gasto no Mato Grosso do Sul. Portanto, não procedem as injúrias que aqui dizem que faltou dinheiro.

Comungo com aquela idéia de que temos, sim, que diminuir o dinheiro da dívida externa que estamos pagando, que temos que deixar dinheiro aqui no Brasil ao invés de estar mandando lá para fora, mas não é verdade que o foco de febre aftosa é porque faltou dinheiro e é por isso que apareceu. Se fosse verdade, estaria aqui no Paraná e não lá no Mato Grosso que gastou doze milhões, enquanto aqui foram gastos quase setecentos mil. É que lá tem o tráfego de animais do Paraguai e foi de lá que veio essa terrível peste que assola o Estado do Mato Grosso.

Quero dizer, sem medo de errar, Presidente Hermas, e digo porque sou um defensor do Governador Requião e admiro a sua maneira de governar, mas está equivocado o Governador, quando diz que apenas um milhão e meio destinado neste ano, é uma migalha para o Paraná. Isso representa 60% do que está destinado no Orçamento do Estado, que é de dois milhões e meio. Portanto, uma ajuda do Governo Federal de 60% do que é o Orçamento do Estado é, sem dúvida, uma ajuda muito boa.

Agora, fiquei feliz quando ouvi o Governador dizer hoje que está destinando esse um milhão e meio para o Mato Grosso do Sul que realmente é quem mais precisa

neste momento. As parcerias do Governo Federal não ficam só nesse um milhão e meio, da aftosa. Ficam nas casas que estamos fazendo, ficam nas verbas para a saúde. O Governo do Presidente Lula está engajado em acabar com a miséria do nosso país.

Portanto, com todo respeito que tenho e admiração pelo Governador Requião, digo que ele foi injusto hoje ao dizer que é uma mixaria um milhão e meio, já que só dois e meio no Governo do Estado estão destinados para o combate e cuidado com a pecuária no nosso Estado.

Portanto, estão sim, programados 60% do que aqui é destinado.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Deputado, seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que aqui estão.

Fiquei escutando aquilo que foi falado com relação a essa questão da febre aftosa, até porque, Deputado Mil-tinho Pupio, que ontem falou aqui, por conhecer a situação prática com relação à questão do rebanho bovino, especialmente o do nosso Estado, eu não sei por que agora ficar achando culpados. O Presidente, de pronto, disse duas coisas: a primeira, que o culpado era o proprietário. A segunda, que o foco estaria debelado. Lodo depois, veio uma manchete internacional, que mais dois ou três focos haviam sido detectados naquela região.

Sr. Presidente, não sei se é o caso de o Paraná abrir mão de recursos para passar para o Mato Grosso. Não sei se realmente o que causou o foco de febre aftosa. Que seja o trânsito de animais, aconteceu porque não estamos eficientes na questão das barreiras sanitárias e se não estamos eficientes é porque obviamente, faltou investimento. A verdade é uma só: é bom falar no agronegócio, quando ele produz divisas, quando ele estabelece um superávit primário e quando ele equilibra a balança comercial, mas em termos de investimentos, sempre foi e continua sendo algo esquecido das prioridades do nosso país.

Imagino, Deputado Anibelli, que não é bom para nós, abirmos mão de recursos neste momento, para ser solidários com o Mato Grosso. É bom ser solidário, mas o problema não é do Mato Grosso. É do Brasil, porque se os mesmos animais que transitaram pela fronteira chegaram ao Paraná, teremos foco de febre aftosa aqui. Aí vão dizer que aqui nós vacinamos. Ora, nós vacinamos, mas estamos liberados com apenas e tão somente área de vacinação.

Acho que seria importante não procurar culpados. Falou o Deputado Stica, dos recursos que foram aplicados pelo Governo Federal. Ontem, eu ouvia de uma

Deputada Federal, dizendo que no Tocantins este ano não foi liberado um centavo e nem no ano passado.

Então, há uma situação de preocupação porque temos que olhar essa questão como país, de forma geral, embora possa se justificar o ato do Governador como sendo um ato de solidariedade ao Mato Grosso do Sul, neste momento, mas nós precisamos proteger o Paraná. O Paraná é fronteira com o Mato Grosso. O Paraná é um Estado altamente suscetível a ter aqui um foco de febre aftosa.

Portanto, acho que nós deveríamos refletir para uma ação integrada, imediata, firme, determinada, ao nível de país. Não podemos separar os estados, não podemos também ficar atrás dos culpados. Nós temos que ter uma ação efetiva para que possamos inibir os focos já existentes e, evitar que novos focos venham ocorrer no nosso país.

Queria me solidarizar com os funcionários do Sistema Estadual de Agricultura que aqui vêm, com os funcionários do Instituto Ambiental do Paraná, até faço, por uma questão de justiça, porque sou funcionário de carreira do Instituto Ambiental cedido para a Secretaria da Agricultura, e licenciado.

Aliás, os funcionários da Secretaria da Agricultura, que também depende deles, do trabalho deles, para que se evite problemas como esse lá do Mato Grosso do Sul, funcionários que participaram de todos os programas que deixaram o Paraná na vanguarda da agricultura deste Brasil.

Ao cumprimentar os funcionários da Secretaria da agricultura dizer que junto com os funcionários do IAP e da Fundepar, enfim do quadro geral do Estado são os funcionários que não receberam, até hoje, o diferencial dos aumentos que costumeiramente são dados pelo Governo do Estado.

Então, é preciso, por uma questão de justiça, que se faça a reposição salarial, que não é aumento salarial, mas é reposição aos funcionários que aqui estão.

A nossa solidariedade aos funcionários que estão presentes, hoje à tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Uso a tribuna, na sessão de hoje, para discorrer também sobre assunto já abordado pelo Deputado Augustinho Zucchi e pelo Deputado Stica, no que diz respeito à febre aftosa, que se originou agora no Estado do Mato Grosso do Sul.

Recebi há pouco uma mensagem, pelo telefone, dizendo (e o Stica já fez referência sobre isso), que o Governo Federal estaria liberando um milhão e quatro-

centos mil reais para o Estado do Paraná, para combater a febre aftosa.

Entendo, Deputado Stica, a preocupação do Governador do Estado do Paraná, e não poderia ser outra, eu imagino dessa forma, a não ser resguardar uma facção que representa muito para a economia do nosso Estado, ou seja, o setor agrícola que produz a carne, tanto bovina, como suína, como a avícola, também.

Na manhã de hoje, Sr. Presidente Hermas Brandão, eu me encontrei com o Senador Osmar Dias, perguntei-lhe: como é que ele estava vendo essa situação agrícola e essa causa que se instalou no Estado do Mato Grosso do Sul, que era a febre aftosa? Ele disse que estava preocupado, que para recuperar de novo o prestígio, não é tão fácil. E me disse o Senador Osmar Dias e nós já sabíamos disso, que no Orçamento do Governo Federal este ano, existe uma dotação de cento e trinta e sete milhões de reais, para a sanidade de saúde animal, para o Brasil inteiro. E desse valor foram liberados aproximadamente trinta e sete milhões; cem milhões foram retidos pelo Ministro da Economia do Governo Federal.

Ora, vejam, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, e senhores paranaenses aqui presentes hoje. Aqui tem funcionários da Seab, da Secretaria da Agricultura, que tem contribuído, e muito, para o aumento da produtividade no nosso Estado, tanto pecuária como na agropecuária, enfim, todas as atividades agrícolas; vem agora o Governo Federal, anuncia, e me corrija se eu estiver errado, através do Ministério anunciando que vai liberar três milhões e quinhentos mil para o Mato Grosso! Ora, acho que a preocupação do Governo não é combater o mal, mas é se prevenir. E alguém já me disse, uma frase que todos nós já conhecemos, que só damos valor às coisas boas o dia que as perdemos, ou deixamos de aproveitá-las. E o que está acontecendo no Brasil hoje com a febre aftosa? O Governo Federal viajando lá para o Exterior, e anuncia aos quatro ventos dizendo que a febre aftosa está controlada no Brasil; simultaneamente a imprensa nacional, infelizmente, e eu já fiz essas considerações desta tribuna, anuncia mais dois focos da febre aftosa no Estado do Mato Grosso. É uma desinformação total e generalizada no Governo.

Então, ao invés de o Governo se preocupar em arrumar recursos necessários para coibir, para fazer com que o Brasil efetivamente arrume recursos e instale uma barreira na divisa do Brasil com o Paraguai, do Brasil com a Bolívia, que fazem divisa seca, não se investe em nada. O Brasil não faz investimentos, os investimentos são feitos parece que muito mais para propaganda e tirar glórias daquilo que foi feito no passado, e como é que vai ficar a nossa agricultura? O Estado do Paraná tem feito um trabalho excepcional. Quando o nosso Presidente Hermas Brandão era Secretário da Agricultura...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. fará uso da Liderança do PFL ou vai concluir?

O SR. ELIO RUSCH

Eu uso o horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem a palavra por mais dez minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PFL

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço ao Deputado Durval que está substituindo o Deputado Plauto neste momento. Dizer que o Paraná fez um trabalho fantástico, envolvendo a Faep, a Fetaep, envolvendo as entidades do Estado do Paraná, quando se criou as comissões municipais de sanidade da saúde animal, acho que é esse nome que se deu, e graças a esse trabalho, aos investimentos que se fez em muito no Estado do Paraná, nós conseguimos declarar o Paraná como uma área livre da exportação da carne para todos os países, seja para Ásia, África, Europa, enfim, todos os países conseguem comprar a nossa carne suína, Deputado Anibelli. E o que nós precisamos fazer hoje? O que o Governo precisa fazer, federal e estadual? Eu também considero, Deputado Anibelli, um milhão e quinhentos mil reais pouco para o Estado do Paraná.

Ora, isso é brincadeira, não concordo com o Governador também em não querer aceitar esse um milhão e meio; aceite-se um milhão e meio, pegue os recursos do Estado e aplique mais! Agora, o Governo Federal oferecer, eu vou falar da minha região, do Oeste do Paraná, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os senhores funcionários da Seab aqui presentes e de outras Secretarias do Governo do Estado, nós produzimos hoje um milhão e trezentos mil frangos diariamente que são abatidos só no Oeste do Estado, fora as outras regiões, fora o setor bovino, a suinocultura, as outras atividades.

Eu conversei, na semana passada, com o Deputado Reni Pereira que esteve junto conosco percorrendo do Oeste, procurando algumas atividades para que a economia do Estado possa crescer ainda mais e constatamos, através dos frigorífico e todas as pessoas envolvidas, a preocupação.

O Governo Federal ofereceu hoje 1 milhão e 500 mil reais para combater a febre aftosa, para que sejam investidos no setor da saúde do animal. É brincadeira de mau gosto!

O valor é insignificante. O Estado do Paraná precisa de muito mais e todos os estados da Federação precisam!

O Governo precisa contratar gente. Tem que dar condições para que as pessoas possam trabalhar. Através de equipamentos, viaturas, de remédios, enfim, tudo aquilo que se faz necessário para que o nosso Estado e o nosso Brasil possam continuar exportando aquilo que a agricultura produz.

Não adianta só contratar. Tem que se remunerar bem. Senão eles não vão trabalhar com vontade, com dedicação.

A Secretaria da Agricultura do Paraná tem feito um trabalho fantástico nos programas de Governo do Estado. Seja o “ParanaDoze Meses”, que é um programa do governo passado; seja do Pronaf, do Pronafinho, que é um programa do Governo Federal. Não existe nenhum programa hoje do Governo Federal ou Estadual voltado para a agricultura que não tenha a mão ou dos funcionários da Seab ou da Emater. Todos estão envolvidos nesses programas que existem hoje a favor da agricultura do nosso Estado e do nosso país.

Estamos vendo hoje os funcionários pedindo a reposição salarial. Acho justo e correto.

Tenho certeza que todos os Deputados são favoráveis à reivindicação justa dos senhores funcionários. Vocês não fazem nada mais que justiça.

Esperamos que o Governador Roberto Requião se sensibilize e mande a mensagem para esta Casa repondo essas perdas salariais que tiveram ao longo do período.

Os governos são passageiros, o que permanece são nossos atos e nossas ações.

Amanhã não estarei presente na Sessão. E como é a última Sessão que vou participar antes do Referendo do dia 23, quero dizer do trabalho que as duas frentes fizeram; foi de alto nível. Uma coordenada pelo Deputado Ratinho e outra por 33 Deputados aqui desta Casa assinaram o nosso requerimento. Somos um dos líderes desse movimento. Levamos ao Estado do Paraná, participando de debates nas igreja, nas associações, nas faculdades, na televisão. Inclusive temos, na sexta-feira, um debate marcado, estará presente a Deputada Elza Correia e o Deputado Ratinho pelo SIM; o Deputado Lupion e eu defendendo o NÃO, em cadeia na Rede Bandeirantes.

O Deputado Bradock fazendo o seu trabalho. Deputado Nereu Moura, Dobrandino da Silva. Enfim, cada Deputado fazendo o seu trabalho nos seus municípios. E defendendo aquilo que é de direito.

É isso que achamos que a democracia nos ensinou e cada um procura transmitir para os seus eleitores ou para as suas comunidades aquilo que achar, da melhor forma possível.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Permite aparte, Deputado?

(Assentimento)

Meu ilustre Deputado Elio Rusch, é com muita satisfação que aparteio V. Exa., neste momento, e mais uma vez nós vemos com tristeza as coisas acontecerem sem uma resposta imediata dos governos, quer do Governo do Estado, quer do Governo Federal. O que estamos vendo, repetidas vezes, é o clamor da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Secretaria da Agricultura, da Emater, da Secretaria de Meio Ambiente, enfim, é um grito geral do Paraná por melhores salários, que foram

prometidos pelo Governador durante o debate, durante a campanha eleitoral de 2002.

Não sei se existe uma amnésia e se existe é crônica, porque tudo o que foi discutido e falado na campanha eleitoral está esquecido. Esqueceu-se do pedágio, do reajuste do funcionalismo da ativa e os inativos. Além de não dar, ainda pune ou ameaça as lideranças sindicais. Realmente, é muito grave o que vemos nas universidades do Paraná com os professores, com os reitores. Fico deveras triste por ver uma situação tão dramática como essa que vivem os funcionários públicos do Paraná, cujo último aumento que se viu foi em 1994, e de lá para cá só promessas e foi guardado ao esquecimento e o relento para o trato com esses trabalhadores que são os que engrandecem e carregam o Governo nas costas.

Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento, agradeço o aparte que V. Exa. me deu e quero deixar registradas as minhas palavras e o meu protesto com relação ao Governo que não cumpre o que prometeu.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para concluir, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Concluo, Sr. Presidente.

Apenas quero dizer que espero que o Governo Federal e o Governo Estadual, por meio das suas Secretarias e dos seus mecanismos, através desse surto que infelizmente abalou toda a agropecuária do nosso país, possam investir os recursos necessários para que focos iguais a esse não se registrem mais.

Era isso. Obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Grande Expediente, com a palavra a Sra. Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA ELZA CORREIA

Sr. Presidente, companheiros, companheiras:

Temos um cartaz da Fundepar. Na hora que relacionei os sindicatos presentes esqueci da Fundepar, e só queria dizer que também li a sua plaquinha. Fundepar.

Pedi para utilizar o espaço hoje, porque no dia de ontem, no Pequeno Expediente, trouxe para este Plenário a preocupação com um tema que tenho certeza absoluta, e estou convencida cada vez mais, é de extrema importância e interesse não só dos Parlamentares, Deputados e Deputadas, mas de todo cidadão brasileiro. Embora tenha havido, aqui, ontem, durante a minha fala, uma tentativa de desqualificar a nossa posição, aliás, de forma irônica, deixando explicitado que para emissão de opinião sobre determinados temas devemos ser especialistas, eu não me

furto da responsabilidade de discutir qualquer tema de interesse estadual ou nacional cumprindo com a minha obrigação de Deputada. O direito ao debate não deve ser privativo ou de responsabilidade de alguns iluminados. O conhecimento, a informação no regime democrático não pode ser reserva de determinados grupos, partidos políticos ou categorias profissionais. Todos temos o direito à informação e ao conhecimento.

Reafirmo que a questão da febre aftosa passa pela falta de planejamento e fragilidade do sistema de vigilância sanitária do Governo Federal. Reafirmo o que disse ontem. Reafirmo que em minha opinião fica simplista demais reduzir a responsabilidade de tamanho desastre aos pecuaristas, aos governadores de Estado ou ao Paraguai. Todos sabemos que a defesa sanitária é responsabilidade do Governo Federal.

Reafirmo que nas questões de interesse nacional, a ausência da certidão negativa ou a reprovação de contas não deve ser empecilho para o aporte de recursos quando necessários em situações emergenciais. Ou seja, o Governo Federal poderia sim, se estivesse atento, desencadear um programa mais agressivo, de rastreamento, de fiscalização, de acompanhamento da febre aftosa independente do estados da Federação terem ou não, prestado as suas contas. Entendo que compete ao Presidente da República uma responsabilidade de política de reserva de autonomia nacional, como faz aqui o Governador Roberto Requião em relação à autonomia do Estado.

Reafirmo que o Paraná, no Governo Requião, independente do Governo Federal manteve a sua política de investimento para que o Estado mantivesse a mantenha livre da febre aftosa já há mais de dez anos.

Ainda no mês de junho o Vice-Governador Orlando Pessuti, com o coordenador geral da Comissão Permanente da Codesul, esteve em Brasília, no Ministério da Agricultura levando o pleito do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para que investimentos fossem feitos nesse setor.

Reafirmo que apesar de não receber recurso do Governo Federal o Paraná não se descuidou da sua responsabilidade, e no Governo Requião tomou medidas para continuar mantendo-o livre da febre aftosa.

Recentemente o Governador autorizou a contratação temporária por um ano, prorrogado por mais um, de 87 médicos veterinários, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, todos enviados à Unidade Veterinária do interior do Estado. O Governador autorizou ainda a aquisição de cem veículos para apoio de serviço de vigilância sanitária e garantiu recursos para o lançamento de forma pioneira do Paraná, do Guia de Trânsito Animal informatizado, o GTA. Com isso os técnicos conseguem detectar on-line toda e qualquer movimentação de animais dentro do Estado.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Conforme o pronunciamento de V. Exa. no dia de ontem, sobre essa ausência de recurso do Governo Federal, foi dito pelo Deputado - se não me engano - André Vargas, que não veio recurso porque não prestaram contas. O Estado não prestou contas. Conversei hoje com o Secretário da Agricultura em exercício, ele disse que isso não é verdade, que nem convênio tinha. Então, na verdade, não é falta de prestar conta.

Vou fazer uma pergunta: e as estradas, as pontes que estão caindo? Será que não prestaram conta? Então é a falta de recurso do Governo Federal que está concentrando tudo que causa esses danos enormes por aí afora.

O Sr. Natálio Stica (PT) (Aparte)

Deputada Elza, longe de criar polêmica aqui entre nós, principalmente, mas esse assunto é de fato de grande importância, tem que ser discutido e temos que achar soluções. A responsabilidade da defesa sanitária do animal tem que ser dada pelo Governo Federal, pelos governos estaduais e pelos criadores. Não dá para deixar ninguém de fora.

Tenho alguns números interessantes. Em 2002, antes de o Governo Lula assumir, 86% do rebanho foi vacinado. Em 2003, o Governo Lula, essa vacina passou para 94% do rebanho. Em 2004, 95% do rebanho nacional foi vacinado. Portanto, houve, sim, uma preocupação em vacinar o rebanho, em relação ao que foi feito nos anos anteriores.

Outro dado que é interessante: no Estado do Paraná os responsáveis pela inspeção são do Governo Estadual e do Governo Federal. Temos aqui 42 veterinários e 392 auxiliares, que são pagos pelo Governo Federal e o Governo Estadual tem mais 68 veterinários. Então, o Governo Federal está dando a sua contribuição, porque é a sua obrigação.

Uma parte que acho muito interessante é que o Centro Panamericano de Febre Aftosa - Panaftosa, confirmou que o rebanho atingido foi vacinado e que o vírus encontrado não é resistente à vacina. O que os técnicos estão estudando e apontando como maior probabilidade, é que a armazenagem da vacina foi feita de forma incorreta pelos produtores. Provavelmente os pecuaristas congelaram a vacina e com isso ela perdeu a sua eficácia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Mais uma vez jogaram a responsabilidade para os produtores.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Não é jogando a responsabilidade. É dizendo que a responsabilidade é do Governo Federal, dos governos estaduais e dos pecuaristas, que vacinaram o seu gado e, talvez, mal administraram congelando as vacinas. Aqui, já é uma possibilidade.

Portanto, todas as hipóteses têm que ser vistas e não apenas jogar no Governo Federal.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Mas o Governo, também a recíproca é verdadeira: não pode jogar a responsabilidade nos Estados, no Paraguai e nos produtores.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Também é responsável, mas está fazendo a sua parte.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Talvez ele não esteja fazendo o seu dever de casa direito. No Estado do Paraná, por exemplo, não entrou um centavo nesses três anos.

Com licença. Depois das risadas efusivas, é impressionante como há uma tentativa sistemática de tentar colocar que, talvez por ser mulher, não tenha condições de discutir temas historicamente colocados na pauta, como agendas masculinas! As mulheres são preparadas, sim, para discutir outros temas, inclusive a questão da febre aftosa!

Continuando o meu raciocínio, o Paraná tem de forma pioneira o Guia de Trânsito Animal informatizado, o GTA e com isso os técnicos conseguem detectar on-line toda e qualquer movimentação de animais dentro do Estado do Paraná. Esse sistema foi oferecido aos demais secretários de Agricultura, durante uma reunião no Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, em Esteio, no Rio Grande do Sul.

O Paraná cumpre bem o seu papel, tem feito, sim, o seu dever de casa. Tanto que os técnicos da nossa Secretaria de Estado da Agricultura - estão aqui muitos companheiros presentes, colegas e companheiros estão tão bem preparados e competentes, que foram convocados para integrar a equipe de investigação epidemiológica, sobre a origem do vírus que provocou o foco da febre aftosa no Estado do Mato Grosso do Sul.

(Aplausos)

É bom deixar registrado que o Paraná também não tem se descuidado, tendo excelentes índices de cobertura vacinal, sendo um dos poucos estados brasileiros que realiza em duas etapas a vacinação durante o ano, sendo uma no mês de maio e outra no mês de novembro, contra a febre aftosa.

No entanto, os técnicos concluem no estudo, o inquérito de soro-epidemiológico, com o objetivo de comprovar a ausência do vírus no Estado do Paraná.

No Paraná existem 214 mil 988 propriedades rurais com bovinos. O rebanho paranaense é de dez mil e 94 cabeças. Na última etapa de vacinação, foram imunizados, em um prazo de vinte dias, nove mil 969 cabeças, ou seja, 98,8% dos animais do Estado e o restante do rebanho foi vacinado por meio de ação de fiscalização, já que é obrigatória em todos os animais, contrariando o que disse o companheiro Stica. Deputado Stica, com recursos do Estado do Paraná, com recursos exclusivos do Estado do Paraná. Não entrou nenhuma moedinha do Governo Federal, não!

Entretanto, todas as medidas de emergência adotadas nos últimos dias pela Secretaria de Estado da Agricultura, através de resolução, não impedirão - é certo - em 100% que o Paraná seja prejudicado pelos embargos já anunciados pela União Européia, África do Sul, Israel, Rússia e outros países. Já ultrapassa a casa de um bilhão de reais os prejuízos, e pode se agravar ainda mais. Isso não desequilibra a nossa balança comercial? Não põe em risco a nossa posição de maiores exportadores de carne bovina? Não provoca falências e prejuízos incalculáveis aos pecuaristas do Paraná e do Brasil? Não nos deve assustar o fato de que até o dia 13, 33 países anunciaram o embargo da carne bovina brasileira? E os empregos que já estão sendo sinalizados e ontem eu via no Jornal Nacional? Não é preocupante que o Mercado Comum Europeu e mais cinco países proponham embargo a Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná? Não é lamentável que até o momento tenham sido abatidas três mil e seiscentas cabeças de animais, sanitariamente?

Ora, tentar minimizar essa situação não é responsável. Culpar as elites, governadores, produtores, não é prudente. Será que nem desta vez o Governo Federal assume o seu descuido? Que pecado há em assumir equívocos?

E nisso nem os ministros se entendem, porque o da Agricultura diz que faltou recursos e o da Fazenda diz que liberou tudo o que foi pedido.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Concede-me um aparte, Deputado Elza?

(Assentimento)

Deputada Elza, em primeiro lugar, é para felicitá-la pela qualidade do seu pronunciamento e inclusive pela apurada noção técnica que esse pronunciamento traz.

Um Deputado não tem que conhecer todas as coisas, mesmo porque cultura é tudo aquilo que sabemos, depois que esquecemos tudo aquilo que aprendemos.

Então, a senhora pode saber de coisas sem ser, necessariamente, especialista nelas. São 45 países já, de acordo com o jornal O Estado de São Paulo, que suspenderam as importações de carne do Brasil. Os navios que estão seguindo, terão as carnes incineradas. O preço da arroba do boi gordo caiu 32% - quinze quilos de arroba do boi gordo custavam perto de 58 reais e agora estão perto de trinta reais. Isso tudo por quê?

Porque o modelo de Brasília, o modelo do Governo Lula é de mandar todos os recursos federais arrecadados com impostos, para o pagamento dos juros da dívida e dos serviços de juros da dívida! Por isso, a grande mídia tenta amestrar a população e quando alguém tenta falar mal do Palocci, é imediatamente amestrado: não pode! Fique quieto! Não fale mal da política econômica! É considerado cretino, ignorante, ultrapassado, quem fala mal da política econômica. Mas é preciso fazer um olhar sobre a Argentina do Presidente Kirchner, onde ele enfrentou os bancos internacionais. É preciso lançar um olhar lá, para o lado de lá da fronteira, para ver

no Kirchner a coragem que o Lula não teve de enfrentar os banqueiros.

E é preciso dizer que há iniquidade, em só concentrar recursos para o pagamento da dívida. O dinheiro que falta ao controle da febre aftosa, esse dinheiro sobra nos lucros dos bancos locais e internacionais.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada, são muito boas as suas considerações!

Então, reafirmo aqui que o Presidente Lula se precipita quando diz que o foco de febre aftosa já foi debelado. Os focos de suspeita se expandem na região fronteira sul-matogrossense, com o Paraguai e Paraná. Até a tarde de segunda-feira, pelo menos, eram cinco as propriedades com animais apresentando sintomas da doença em Iporã, distante pouco mais de vinte quilômetros da fronteira de Guaíra, no Paraná, o que nos deixa, certamente, em estado de alerta. Mas, no momento seguinte mais dois focos foram detectados após a fala do Presidente.

O Brasil tem uma fronteira seca de oitocentos quilômetros com o Paraguai. Segundo o Ministro Rodrigues, mesmo que não haja mais focos na fronteira é preciso continuar as ações conjuntas entre Brasil e Paraguai.

O Ministro da Agricultura pediu mais 78 milhões para reforçar as ações contra o foco de febre aftosa confirmado no Mato Grosso do Sul.

Antes da doença, os recursos para a área de defesa animal previstos eram de 91 milhões, dos quais apenas cinquenta milhões foram empenhados até outubro. Se houver a liberação dos 78 milhões extras, o Governo restabelecerá o orçamento de 169 milhões previstos antes do corte imposto pela área econômica.

Na minha avaliação, valores ínfimos, extremamente pequenos, se considerados que para o ano de 2006 está previsto aqui no Estado do Paraná, 76 milhões de reais apenas para a compra de leite dos pequenos e médios produtores rurais, para atender o Programa Leite das Crianças.

Portanto, é hora de encarar de frente a questão, sem minimizar a responsabilidade do Governo Federal, e juntos buscarmos uma solução. Exemplos como o do Paraná, que já dispõe de fundo de emergência, onde há disponível vinte milhões de reais para serem utilizados em caráter emergencial, deveriam ser seguidos por outros estados brasileiros.

Espero sinceramente que o fantasma da gripe aviária não seja o próximo episódio a nos tirar o sono. Há tempos este assunto vem freqüentando os noticiários nacionais, é preciso medidas urgentes para que novamente não tenhamos que lamentar o desastre por falta de medidas preventivas.

Por fim, é bom reafirmar que no Brasil as análises técnicas do setor concluem vários pontos positivos, por responsabilidade dos produtores, como: grandes extensões de terras para a criação bovina, pastagem de quali-

dade, boi verde, etc, e detectam como maior e único problema a fragilidade do sistema sanitário, que é de responsabilidade do Governo Federal. Conforme já foi dito aqui pelo Deputado Stica, o Governador Roberto Requião anunciou hoje pela manhã que abre mão de um milhão e quinhentos mil reais que teve autorizado pelo Governo Federal. O mês passado estava fazendo toda a documentação para assinar o convênio, para que o Mato Grosso do Sul utilize esse dinheiro que neste momento precisa mais do que o Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputada Elza, é o seguinte: se o problema todo é o Paraguai, por que o governo brasileiro não doa vacina para o Paraguai? O governo brasileiro está fazendo a ponte, uma ponte em Santo Domingo ou na Venezuela.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Já faz isso, Deputado, há muito tempo.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

O BNDES está financiando milhares de obras fora do País. Amanhã eu vou trazer a lista das obras que fazem lá fora e que não fazem aqui dentro.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Deputado Rafael, só para corroborar, o governo brasileiro já faz isso há muito tempo, distribui e ajuda na vigilância sanitária no Paraguai, mesmo assim é um país diferente.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, eu queria ter a palavra garantida, já foi pedido aparte.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)

Nobre Deputado Vanhoni, a palavra está assegurada com a Deputada Elza.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Com todo o respeito, com toda a consideração, mas quero ser tratada como todos são tratados quando vêm para esta tribuna.

Queria dizer que só fiz este pronunciamento hoje e fiquei até tarde da noite porque não sou especialista mas não sou burra, tenho neurônios funcionando, cheguei na Assembléia Legislativa como Deputada com o direito consignado de ser Parlamentar por minha postura, por minhas posições e pela responsabilidade que tenho, enquanto cidadã, enquanto Parlamentar!

Portanto me deixou muito chateada ontem quando houve uma insinuação que esta Deputada estava desinformada e não era especialista para tocar nesse assunto. Todos nós aqui somos especialistas em alguma coisa e em outras não, mas todos temos que ter a responsabilidade de tratarmos, sim, os assuntos que são de interesse

do Estado do Paraná e do Brasil. Por isso esta questão é de interesse do Paraná, é de interesse do Brasil, é de interesse de homens e mulheres que serão prejudicados por essa coisa, por esse desastre que está acontecendo em relação à questão da febre aftosa em nosso Estado!

Está aí dado o recado e vamos continuar trabalhando no sentido que nas parcerias sejam cumpridas as responsabilidades sejam, cada qual com a sua, mas essa história de governo intocável, governo acrílico é um atraso, é um desserviço ao País!

Sou da base de sustentação do Governo Requião, com muita honra, com muito orgulho, acho que ele está fazendo um governo extraordinário mas isso não me impede, quando necessário, de fazer as críticas quando achar que devem ser feitas. Isso faz parte do processo democrático e da autonomia dos poderes dos cidadãos e cidadãs!

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin, no Horário do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste mês, mais precisamente dia 26, completaremos cinco anos da venda do nosso glorioso Banestado.

O Banestado foi vendido e o dinheiro da venda ficou retido para pagar parte do empréstimo que o Governo do Paraná fez junto à União. E sobrou uma conta a ser paga assim distribuída: hoje estamos pagando 52 milhões de reais por mês, sendo que a última prestação vencerá em março de 2029. Isso que a prestação aumenta mês a mês. Tramitam na Justiça estadual e federal inúmeras ações propostas pela CPI do Banestado, instalada aqui nesta Casa.

Mas, hoje ouvia o discurso de alguns Deputados sobre propaganda e publicidade. Esse assunto é um assunto tão enraizado no Estado do Paraná e que prejudica tanto o povo do nosso Estado que, sinceramente, chega a me desanimar!

Vou ler para os Srs. e Sras. Deputados uma auditoria feita pelo Banestado e pelo próprio Banco Central, sem contar lá as auditorias de 94, 95, 96 e 97. Vou me reportar a uma auditoria que está na Justiça federal e estadual de propaganda e publicidade do Banestado.

Então vejam, de junho a outubro de 98 foram gastos 36 milhões e quatrocentos mil dólares, em quatro meses! Para que fique nos anais, assim distribuídos: um milhão, 524 mil, 639,15 dólares para outros veículos que não sabemos quais. Veiculação de TV: 1.433.738,34 dólares. Dinheiro repassado para jornais do Paraná:

9.283.647,18 dólares. Representando aí 35,88% da despesa. Veiculação com rádio: 4.893.307,22 representando 18,91% do gasto. Produção: 2.157.230,82. Veiculação com revistas: 792.178,53 dólares. Patrocínios: 5.064.269,34 dólares. Demais contas: 726.929 dólares.

Sras. e Srs. Deputados, 36 milhões de dólares, notem que passa bem ou se aproxima de cem milhões de reais em publicidade e propaganda. Sem contar o que a Copel gastou, a Sanepar gastou, o Governo gastou. O Banestado gastou isto e somado a isto se acumulou prejuízo em 98, de dois bilhões e oitocentos milhões de reais, que o povo do Paraná está pagando a conta, porque o Governo preferiu pegar o dinheiro emprestado e sanear o Banco, para não ver aqueles Secretários do seu Governo esrachados no maior escândalo público deste país. E me parece que a história se repete. Permanentemente se requer informações sobre despesas com publicidade e propaganda e permanentemente a Secretaria dificulta as nossas informações.

Eu mesmo, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa, não tenho recebido essas informações. Mas é exatamente por isso que o ex-Governador Jaime Lerner teve seus bens tornados indisponíveis. E certamente a justiça vai revelar quem assinou os PADV's autorizando essa despesa de publicidade e propaganda. Por isso apresentei nesta Casa um projeto de lei que proíbe o Poder Executivo a repassar recursos públicos para pessoas que tenham mandato eletivo e que sejam donos de emissoras de rádio e de televisão, ou que apenas tenham um programa de uma rádio pertencente a terceiros. E também incluindo aí o Tribunal de Contas e outros. Porque não podemos, num País com tanta pobreza, num País com tanta desigualdade social, admitir e aceitar que esta Casa não desvende esse tipo de caso. Olha que o Banestado, para não me alongar, sequer tornou público o balanço de 97/98. Sequer veio para esta Casa a prestação de contas, notificando esse prejuízo, obrigação essa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Então, queremos estar no rumo certo. Qual é o rumo certo? Dos Três Poderes, este é o primeiro. Legislativo, Executivo e Judiciário. O Legislativo tem que ser mais atuante, mais fiscalizador, mais conhecedor do Orçamento para que esses funcionários que vêm pedir para que se possa dar algum aumento, possam, efetivamente, receber esse aumento.

O que não podemos mais admitir é que alguém ou muitos façam da política um grande espetáculo no rádio e na televisão. Precisamos do político trabalhando, porque aqui é onde ele pode fiscalizar, aqui é onde ele pode atuar e é para isso que ele foi eleito. Não foi eleito para simplesmente atender aos interesses pessoais de um ou de outro. Ele foi eleito para fiscalizar a Sanepar, a Copel, a Paranaпредvidência por exemplo, as universidades estaduais. Enfim, ele foi eleito para fiscalizar todo o conjunto do Estado em nome da população.

Quero concluir o meu pronunciamento pedindo ao Presidente da Casa, Hermas Brandão, para que coloque

na Ordem do Dia este projeto e para que este projeto tome o rumo certo, que é o rumo do Brasil, porque lá, aquelas emendas parlamentares minguadas que caem nos nossos municípios, são aquelas que vendem os bilhões que vão embora para paraísos fiscais, para outros cantos deste País, deixando de estar aqui fomentando a economia, gerando emprego, gerando renda e sobretudo, aumentando a Receita do Estado e a Receita do cidadão.

Meus irmãos, é hora de refletirmos o novo tempo da política brasileira e é hora de produzirmos esse novo tempo, começando aqui na Assembléia Legislativa, como o nosso dia-a-dia, com o nosso exame de consciência do dever cumprido. Isso vale para os Vereadores e para os Deputados, porque nada acontece no...

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

Seu tempo está esgotado, Deputado.

Com a palavra, a Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, a Liderança do Partido dos Trabalhadores, de comum acordo com todos os Deputados, irá ceder o seu Horário para que o companheiro Roberto Andrade do Sindiseab possa fazer pronunciamento no dia de hoje e os funcionários do Sindiseab estão aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

Perfeitamente.

O Sr. Roberto terá dez minutos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Antes de o Sr. Roberto iniciar, ouvi diversos pronunciamentos e como temos técnicos aqui, queria fazer uma sugestão à Mesa: há uma polêmica que diz que estamos, segundo o Ministério da Agricultura, dois anos e nove meses, sem que houvesse a prestação de contas do Governo do Estado. Aqui houve depoimentos no sentido contrário. Que nós possamos, talvez em nome de toda a Assembléia, fazer um pedido de informações ao Governo do Estado e de posse desse pedido de informações, dirimir definitivamente a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

V. Exa. poderá requerer.

Com a palavra, o Sr. Roberto Andrade.

Liderança do PT: Sr. Roberto Andrade (Presidente do Sindiseab)

O SR. ROBERTO ANDRADE

Boa tarde aos Srs. Deputados, Sras. Deputadas, heróicos servidores ainda presentes e heróicos não só porque ainda resistem na plenária aguardando o nosso pronunciamento, mas também porque tomaram a ati-

tude de estar por todo o Paraná, hoje, neste dia de mobilização, de manifestação e de paralisação, visando resgatar os seus direitos. Vale dizer, Sras. e Srs. Deputados, que esse trabalho que o nosso Sindicato tem feito, não se resume ao dia de hoje. Essa decisão da paralisação foi tomada após o terceiro encontro deste ano, foi tomada dia 30 de setembro deste ano, portanto muito antes desse episódio da febre aftosa. E por sinal, vale dizer - falo isso até porque uma parte dos servidores que aqui se encontram são da agricultura - que neste momento em que fala-se tanto em febre aftosa, fala-se tanto em necessidade de o Estado cumprir o seu papel para que estejamos livres, como o Paraná que já está há dez anos sem essa doença, e o Mato Grosso do Sul foi acometido com ela, na verdade os servidores têm papel nisso, e infelizmente estamos tendo que fazer o movimento num momento deste. Mas é bom que fique claro que esses servidores precisam ter a atenção devida, porque tiveram que estar aqui para desnudar uma situação que também o Governo precisa olhar.

É óbvio também que precisa-se deixar bem claro que esse problema não se resume ao atual Governo, ele vem desde agosto de 95, que não temos tido revisão de novos salários.

Há pouco havia uma faixa ali trazida pelo pessoal do Sindisaúde que também esteve aqui, que faz parte, a Secretaria da Saúde também faz parte do quadro geral do Estado, assim como a Agricultura, Meio Ambiente, IAP, assim como imprensa oficial, como Secretaria da Segurança Pública, setores da educação, trabalhadores que exercem serviços dentro da Secretaria, serviços administrativos, setores da Secretaria da Fazenda. E é bom que se diga isso, faço essa ênfase, porque as vezes quando se fala em quadro próprio do Executivo é difícil se identificar, costumamos dizer que não temos rosto, não temos cara, que falou já identificou. Então, somos aqueles que alguns Deputados que me antecederam falaram, são pessoas que estão na área de apoio, elaborando as políticas, então são pessoas que estão na Secretaria da Administração, Fazenda, como já falei, Saúde Pública, Segurança, e que estão nesse conjunto de cerca de 46 mil servidores, compostos de ativos em torno de 23 mil, e aposentados e pensionistas de outros 23 mil, dos quais quinze mil aposentados e oito mil pensionistas.

Aproveito para destacar a questão dos aposentados e pensionistas, os servidores ativos, porque estão lá no dia-a-dia do trabalho, por conta de movimentos específicos que fizeram ao longo desse tempo, conseguiram do Governo do Estado algumas gratificações, alguns abonos, etc; os aposentados não tiveram isso, os aposentados em 2002, vocês lembram que esta Casa aprovou um novo plano de carreira, e este plano de carreira possibilitou aos servidores da ativa uma promoção e uma progressão. Os aposentados não participaram disso, ou seja, eles estão desde agosto de 95 à mingua, tiveram cinquenta reais de abono em 2003. E também é bom que se diga que todas

as demais carreiras do Estado que tiveram melhorias salariais, e cito a última que foi o pessoal da Universidade, os aposentados foram contemplados, o Magistério teve um plano de carreira em 2003, os aposentados foram contemplados, a Secretaria da Fazenda os aposentados foram contemplados.

Então, em resumo apenas os aposentados e pensionistas do quadro próprio do Executivo foram contemplados, não foram contemplados com as melhorias, com os ajustes de tabela, com as bonificações que os ativos receberam. Dentro das pautas que temos divulgado, uma delas é da incorporação de gratificações. O Governo Jaime Lerner criou uma gratificação de assiduidade de cem reais. Depois o Governador Roberto Requião criou um abono de cem reais. Esses abonos não são levados para a aposentadoria. E quando os servidores saem em licença especial ou licença médica, perdem essas gratificações.

O contra-cheque dos servidores tem recebido penduricalhos que não são levados para a aposentadoria.

Portanto, enfatizamos essa necessidade da incorporação dessas gratificações.

Os servidores precisam ter, segundo a Constituição, a revisão anual dos salários. Não tem tido. Inclusive, é bom que se diga, a LRF no seu artigo 22 excetua a revisão anual dos salários. Mesmo que o Governo esteja dentro do limite ela garante que deve ter a reposição das perdas.

Gostaria de contar com toda atenção de vocês aqui. Já entregamos a todos os Deputados um documento onde expomos todas as nossas reivindicações e outras considerações explicativas.

Solicitamos a todos os Deputados, vocês que têm um papel de fiscalizar o Executivo, de fazer com que as políticas públicas sejam executadas na sua essência, isso tudo em nome do povo.

Analise essas nossas reivindicações e estamos à disposição para que possamos unir esforços no sentido de viabilização desses pleitos que são antigos na verdade. Eles são simples, são fáceis.

Hoje tivemos a presença do técnico do Dieese, o Cid Cordeiro. E tivemos a informação dele, depois de estudos, de análise das finanças públicas de que o Estado tem, sim, condições de proporcionar melhoria salarial para o quadro do Poder Executivo.

Conclamamos os Srs. Deputados para somarem-se a nós, em especial a Bancada da Situação, no sentido de encontrarmos saídas.

Dia 26 haverá uma assembléia geral e não queremos tomar uma posição drástica de assumir uma greve geral.

Agradeço a atenção de todos e digo que este ano já é a terceira vez que estamos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)

Pela Ordem, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, queria fazer apenas uma breve comunicação à Assembléia e nessa comunicação gostaria de fazer um apelo aos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Governo do Sr. Roberto Requião, na minha visão, tem a compreensão da importância do serviço público do Estado do Paraná. Para nós, o serviço público é fundamental para que distribua renda e cumpra a função pública em uma sociedade tão dividida como a que vivemos.

Os únicos, os últimos que precisam de algum reajuste são aqueles que estão no final da pirâmide, são os aposentados, são os pensionistas e são esses funcionários que estão aqui representados pelas suas entidades do quadro próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná. Os professores já receberam reajuste; a Polícia Militar e a Polícia Civil já receberam reajuste; os professores universitários já receberam reajuste; diversas categorias, nesses últimos três anos tiveram seus rendimentos e as condições de vida melhoradas.

A Assembléia Legislativa precisa se unir e ajudar essas entidades porque o Governo, tenho certeza, vai se sensibilizar para que as conquistas que as entidades estão reclamando sejam conquistadas. Eu estive junto com representantes dos servidores, com a Secretária Maria Marta e estamos, agora, pleiteando, junto com a Deputada Elza que já esteve em uma outra reunião, uma conversa com o Procurador Geral do Estado, o Sr. Sérgio Botto de Lacerda.

O Sindicato acabou de nos relatar teve duas ou três conversas, nesses dois dias, entre elas uma com o Vice-Governador, o Sr. Orlando Pessuti. Eu acho que se a Assembléia, se a Mesa Executiva e, sobretudo, se a Liderança do Governo, Deputado Dobrandino da Silva, se empenhar, tenho certeza que nos próximos dias podemos trazer uma boa notícia para os servidores públicos do Estado do Paraná que ainda não tiveram. De outra parte, quero manifestar, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, total e irrestrita solidariedade, não por uma questão de que os servidores apenas não receberam aquilo que lhes é de direito, mas por uma compreensão maior do que essa de que o serviço público para nós é fundamental para distribuição de renda. E serviço público quem faz são os servidores que prestam o serviço para população no nosso Estado.

Muito obrigado! Era isso que eu tinha a comunicar.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sei que hoje, foi uma abertura para o Roberto falar. Agora pouco, ouvi um pronunciamento sobre a questão da agricultura, da febre aftosa, e gostaria de fazer uma sugestão à Deputada Elza e à Liderança do Governo: já que há uma preocupação muito grande com a aftosa e a

questão profissional é tão importante, poderia no caso a Secretaria da Agricultura pagar um salário equivalente a do Ministério da Agricultura.

Paga-se, hoje, mil e quinhentos reais para um técnico, para um veterinário, para um agrônomo, tomara que nessas negociações, Deputado Ângelo Vanhoni, haja equiparação com o Governo Federal que é em torno de quatro mil reais o salário de um veterinário e de um agrônomo, porque a prioridade não é só no discurso, tem que ser na prática.

Nós vamos conseguir, sem dúvida nenhuma, reajuste salarial. Com muita luta, luta dos servidores, para que o salário não só dos agrônomos, mas de todos possam ser equiparados para que todos recebam um salário digno. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)

Liderança do PMDB. Com a palavra a Sra. Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia**A SRA. ELZA CORREIA**

Querida cumprimentar a fala do companheiro que representa os sindicatos. Já me manifestei em relação a esse assunto, mas é preciso reiterar, que fica claro, cada vez mais, um ataque de provocação em relação a esta Deputada.

É evidente que os Parlamentares não têm autonomia em relação à questão do seu poder para definir valores salariais, mas temos a obrigação de, como interlocutores da população e do funcionalismo público, estarmos aqui gestionando junto ao Governo do Estado, e é o que temos feito, incansavelmente. Muitos companheiros e companheiras que aqui estavam são testemunhas da nossa ação, junto com outros Deputados aqui da Casa, até o Governo para incluí-lo na questão do reajuste. O certo seria todas as categorias de funcionalismo do Estado do Paraná.

Então, não aceito provocações. A provocação do Deputado André Vargas insinuando que já que estou tão preocupada assim que tente levar ao Governador a equiparação do salário. Não é assim que resolvemos as questões, dessa forma provocativa, no sentido de deixar demonstrado que nós temos um discurso e uma outra prática. Quem conhece a nossa história, quem conhece a Elza Correia sabe da nossa coerência e o preço que temos pago por ela. Temos contribuído muito com ações concretas para que os trabalhadores de um modo geral tenham reconhecido e melhorado as suas condições de trabalho e condições salariais. Discurso fácil é o que é feito aqui de forma provocativa. É fácil fazer discurso. Quero ver no cotidiano fazer os enfrentamentos para que as condições dos trabalhadores do Estado do Paraná sejam resolvidas.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 059/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, sugerindo ao Poder Executivo Estadual o encaminhamento a esta Casa de Leis de um anteprojeto de lei, na forma proposta pela presente indicação, a fim de melhor enquadrar os técnicos agrícolas com relação a cargos no Estado, dentro de um dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Estado do Paraná. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 060/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, propondo ao Governo do Paraná a aquisição de estoque do medicamento contra a gripe aviária, garantindo um estoque para 25% da população paranaense. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Deputada Cida Borghetti, na qualidade de Líder do PP/PSB, constante do expediente, informando que seu nome foi escolhido como Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3208, de autoria do Deputado Barbosa Neto, com apoio dos Deputados Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Elza Correia e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze membros, para investigar, no prazo de 120 dias, denúncias vinculadas pela imprensa Estadual e Nacional, contra a Federação Paranaense de Futebol e sua Comissão de Arbitragem. **Recebido - Protocole-se - Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados - À Diretoria Legislativa, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3204, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para sua participação, como representante deste Poder Legislativo, no Encontro de Administração

Pública, na cidade de União da Vitória, no dia 20 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3207, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando autorização para sua participação, na XV Convenção Anual da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - Faciap, nos dias 20 e 21 do corrente mês, em Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2005, que institui o programa de recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na segurança pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela polícia, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP.**

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário de nº 01, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, devidamente apoiada, nos seguinte termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 233/2005

Suprima-se o artigo 5º e incisos I e II, do Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Poder Executivo, que institui o programa de recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na segurança pública.

A supressão requer a conseqüente renumeração dos artigos.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) TADEU VENERI

Apoio:

Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Elton Carlos Welter.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 5º do projeto de lei que institui o programa de recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na segurança pública, pretende criar o Fundo de Estímulo à Segurança Pública e o Conselho de Recompensas, mas não especifica quais as atribuições desse Conselho, nem a sua composição, bem como, não é claro quanto a constituição do Fundo, portanto, este artigo deve ser suprimido, para ser objeto de projeto de lei próprio, devido à complexidade da matéria.

O projeto será encaminhado à CCJ, para parecer.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 03 (três), de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 233/2004

Art. 1º As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras de pilhas e baterias, ficam responsáveis por dar destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, após seu esgotamento energético ou vida útil e a respectiva entrega pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada.

§ 1º Excluem-se do *caput* deste artigo os produtos que atendam aos limites definidos pelo artigo 6º das Resoluções nº 257/99 e nº 263/99 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama.

§ 2º Para o fim de que trata este artigo considerar-se-ão produtos que contaminam o ambiente:

I - pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, acima dos limites estabelecidos pelo artigo 6º da resolução Conama nº 257/99 e da Resolução Conama nº 263/99.

Art. 2º Os estabelecimentos que comercializam os produtos mencionados no artigo 1º desta lei, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes ou importadores dos referidos produtos, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas.

Art. 3º As pilhas e baterias recebidas na forma do artigo anterior serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecendo as normas ambientais e de saúde pertinentes.

Art. 4º Entregues pelos usuários os produtos usados ou energeticamente esgotados, nos termos do artigo 2º, os estabelecimentos que os comercializam informarão às respectivas empresas distribuidoras e revendedoras a lista de produtos que demandam destinação final nos termos da lei.

Parágrafo Único. No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação de que trata o *caput* deste artigo, os responsáveis nos termos desta lei providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação aplicável a cada uso.

Art. 5º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas e baterias descritas nos itens I e II, do parágrafo 2º, do artigo 1º desta lei:

I - lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente;

III - lançamento em corpos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações.

Art. 6º A desobediência ou a inobservância de qualquer dispositivo desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa;

II - não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), reajustável anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, NATÁLIO STICA, ANTONIO ANIBELLI, ELZA CORREIA, ÂNGELO VANHONI e DOBRANDINO DA SILVA.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Inclua-se onde couber:

“Art. As empresas ao receber os produtos deverão expedir nota de entrada, e uma das vias deverá ser encaminhada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para efeito de controle e fiscalização.”

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoioamento:

Reni Pereira, Marcos Isfer, Ailton Araújo, Chico Noroeste e Jocelito Canto.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Inclua-se onde couber:

“Art. As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras deverão promover campanhas, fazendo veicular propaganda esclarecendo os usuários sobre os riscos para o meio ambiente de se jogar

rem pilhas, baterias e lâmpadas em locais não apropriados e os benefícios de se recolhê-los.”

Sala das Sessões, em 18.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Reni Pereira, Marcos Isfer, Ailton Araújo, Chico Noroeste e Jocelito Canto.

O Projeto será encaminhado à CCJ para deliberação.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no município de Wenceslau Braz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro no município de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Entidade Trabalho Integrado de Menores - TIM, com sede e foro no município de Santa Helena. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Agrícola à Criança e ao Adolescente Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Terezinha do Itaipu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho, com sede e foro no município de Jataizinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que cria o Programa Vida Nova Mulher Mastectomizada e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E

CDMCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2005, de 18.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 09).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 301/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Arlete Caramês, cria o programa Vida Nova Mulher Mastectomizada e dá outras providências.

Em sua justificativa, a nobre Deputada relata o atual quadro da incidência de câncer de mama, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, e cria um programa para as mulheres carentes que precisam ser atendidas e assistidas pelo Estado, para que superem os traumas causados pela cirurgia e tenham um melhor atendimento de suas necessidades. O presente projeto é constitucional, pois dispõe a Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

A Constituição do Estado do Paraná, disciplina a matéria em seu artigo 167 e 170:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 170. O Estado dotará os serviços de saúde de meios adequados ao atendimento à saúde da mulher.

Há um óbice de natureza constitucional, pois o projeto como está redigido, fere o artigo 66 da Constituição Estadual (competência privativa do Governador).

Quando à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do substitutivo geral anexo.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 301/2005

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado a criar o Programa Vida Nova Mulher Mastectomizada, de apoio

às mulheres carentes mastectomizadas no Estado do Paraná.

Art. 2º O programa, a ser oferecido pela Secretaria Estadual de Saúde, tem por finalidade apoiar, orientar, tratar, reabilitar, e reintegrar pacientes e ex-pacientes carentes acometidos pelo câncer de mama.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, considera-se carente a mulher cuja renda familiar não ultrapasse a três salários-mínimos.

Art. 3º O programa contará com equipes multidisciplinares formadas por médicos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, e terá por finalidade oferecer:

I - amparo psicológico individual e social à mulher mastectomizada;

II - local apropriado para realização de reuniões de cunho informativo e esclarecedor;

III - exames periódicos de ultra-sonografia e mamografia, entre outros, com a finalidade de controle ou prevenção ao câncer de mama;

IV - acesso rápido ao oncologista proporcionando tratamento farmacêutico, quimioterápico e radioterápico, imediato;

V - perucas, lenços, gorros, luvas, próteses externas e sutiã adequado para o seu uso, sendo que bolinhas de isopor, no período imediato pós operatório, e próteses externas de silicone, às pacientes em tratamento quimioterápico;

VI - estímulo à criação de grupos que possam oferecer oficinas de artesanato, visando uma interação mais efetiva entre mulheres mastectomizadas, bem como um momento de troca de experiências entre elas;

VII - passagens de transporte coletivo para participantes do grupo de oficinas de artesanato;

VIII - feiras expositivas a cada trimestre onde serão expostos os trabalhos manuais confeccionados nas oficinas, sendo colocadas à venda para auxílio à mulher mastectomizada carente.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes administrativos e orçamentários necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 301/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é da lavra da nobre Deputada Arlete Caramês, que tem como objetivo criar o pro-

grama Vida Nova Mulher Mastectomizada, e dá outras providências.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável através de Substitutivo Geral.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela não encontrou nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Com a criação deste programa a mulher carente mastectomizada terá um melhor atendimento de suas necessidades, superando mais rapidamente o trauma causado pela cirurgia, e ainda, a possibilidade de recolocar a mulher no mercado de trabalho o mais rapidamente possível, através da oficina de artesanato.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 301/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 301/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, da nobre Deputada Arlete Caramês, visa autorizar o Governo do Estado a criar um programa chamado Vida Nova Mulher Mastectomizada e dá outras providências. Este projeto já foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças as quais não se opuseram e se manifestaram com parecer favorável.

Entendemos ainda se tratar de um projeto de lei de extrema importância por ir ao encontro das grandes necessidades que as mulheres acometidas do câncer de mama enfrentam. São muitas as transformações sofridas por essas mulheres.

Por isso, é de fundamental importância proporcioná-las um amparo neste momento.

Chamada a Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente a se manifestar sobre o presente projeto, não encontramos nenhum impedimento legal e regimental à tramitação do referido projeto.

Sendo assim, encaminhamos o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.08.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

Há sobre a Mesa requerimento nº 3213, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, solicitando votação em separado do veto apostado ao Pro-

jeto de Lei nº 040/2004, item 10, da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Há outro requerimento nº 3214, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens, 09, 10 e 11 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Prejudicado.**

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Para registrar a presença dos Vereadores de Santa Helena: Valdir Osório, Turra e Irineu da Rosa e o Vice-Presidente do PMDB, Gelson.

Sejam bem-vindos à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)

Esta Casa dá as boas-vindas aos nobres vereadores.

Os três vetos serão votados separadamente.

Discussão Única (Proposições-Veto)

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que faculta a utilização do imite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13.971/2002. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 082/2005

Curitiba, 15 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 133/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 477/2004, por julgá-lo, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que *os limites de valor para importação concedidos por autorizações da Secretaria da Fazenda e revalidadas pela Lei nº 13.971, de 29 de dezembro de 2002, que não foram utilizadas pelas empresas autorizadas por terem deixado de operar no regime, equivale a 10.896.952,00 Unidade Padrão Fiscal (UPF), serão atribuídos a empresas que vierem a se estabelecer nos municípios de Maringá, Marialva, Paçandu e Sarandi, na proporção de até 10% por empresa, para as importações a serem realizadas através da estação Aduaneira Interior de Maringá, desde que iniciem as operações em até dois anos. Objetiva, ainda, adotar outras providências.*

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre, em princípio, do fato de que a medida, caso acolhida, viria implicar em renúncia de receita, e com

isso, sem qualquer sombra de dúvida, caracterizaria procedimento de afrontamento e desobediência à Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e, por via de consequência, de indiscutível inconstitucionalidade por ofensa do artigo 163, da Magna Carta da República.

A Secretaria de Estado da Fazenda, através de Parecer nº 305/2005, do Setor de Apoio Técnico, da Inspeção Geral e Tributação, da Coordenação da Receita do Estado, aprovado pelo Titular da Pasta Fazendária, procedeu análise da matéria, asseverando que:

Prevê a proposição que as empresas interessadas solicitem sua inclusão no regime ao Secretário de Estado da Fazenda, instruindo seu pedido de declaração de anuência da Associação Comercial do Paraná, sendo que, deferido este pedido, será concedida uma inscrição auxiliar, para que possa declarar a parcela do ICMS incremental.

Por fim, o presente projeto de lei prevê o enquadramento automático dos estabelecimentos autorizados nos seus termos aos critérios da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, podendo, desta forma, quitar, total ou parcialmente, as parcelas postergadas ou objeto de parcelamento, até os respectivos vencimentos, com a utilização de crédito acumulado do ICMS, próprio ou recebido de terceiros, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, ou com precatórios, próprios ou objeto de cessão, após a inscrição do débito em dívida ativa, para este efeito, inclusive em relação ao montante que deve ser recolhido para a concessão do parcelamento dos débitos, sendo que as parcelas vincendas serão resolvidas em ordem cronológica crescente de vencimento.

Encaminhado à 9ª Delegacia Regional da Receita, para análise e parecer a respeito do impacto econômico causado pela aprovação deste projeto de lei (...) foi apontada a dificuldade em fazer tal estimativa, uma vez que não se pode determinar quantas e quais seriam as empresas sujeitas ao benefício. Desta forma, as análises foram feitas com base em dados referentes à atual situação das empresas que operam na EADI.

Destacou este parecer que o montante informado no artigo 1º do projeto de lei, refere-se ao limite concedido e não utilizado por quatro empresas, considerado no mês de outubro de 2004.

Em relação à situação analisada, a Regional concluiu, com ponto positivo do programa, o percentual do imposto recolhido em relação ao total da arrecadação no Município e, como ponto negativo, o índice da inadimplência, que supera o total de recolhimento, apesar das Leis nº 14.363/2004, 14.469/2004 e dos Decretos 3.654/2004 e 4.364/2005 que facilitam a quitação dos débitos dessas empresas, proporcionando condições e prazos mais benéficos.

Ressalte-se que o fato de ter sido, originalmente, concedido um limite às empresas integrantes do Programa, não significa que esse limite deva, obrigatoriamente, ser esgotado, pois o mesmo foi deferido em

relação a determinado contribuinte, considerando características específicas de sua atividade e do momento histórico em que foi determinado.

Importante lembrar a conclusão posta no estudo realizado pela Regional, de que o índice de inadimplemento supera o de recolhimentos efetivos, mesmo com todos os benefícios concedidos posteriormente, e que a manutenção ou concessão de privilégios fiscais sempre ocorre em detrimento de outras pessoas não favorecidas, sejam contribuintes, o próprio do Estado ou, em última análise, a comunidade como um todo.

Outro aspecto relevante a ser destacado é que a previsão da alínea “b” do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.363/2004, determinando o efetivo pagamento de 20% do valor do imposto postergado para a concessão de seu parcelamento, tem por objetivo superior o erário, ao menos em parte, daqueles recursos cujo ingresso será novamente protelado. Com a aprovação desta proposição nem mesmo esses valores ingressariam, efetivamente, nos cofres públicos, considerando que seriam quitados com precatórios ou mediante compensação com créditos acumulados do ICMS.

Entendemos que o Estado do Paraná não pode mais abrir mão de suas receitas, mesmo porque este procedimento é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Isto posto, opinamos desfavoravelmente ao Projeto de Lei nº 477/2004.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 477/2004, encontra-se publicado no DA nº 051/052/2005, em Redação Final, página 45).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 054/2005 AO
PROJETO DE LEI Nº 477/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo facultar a utilização do limite de importação não esgotado, nos critérios da Lei nº 13.971/2002.

Nossa Constituição Estadual assim dispõe:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa, enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo sancioná-la-á.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da

Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) grifo nosso.

A Comissão de Constituição e Justiça através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Convido o 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)

Convido os deputados Miltinho Pupio, Antonio Anibelli e Duílio Genari, para o escrutínio dos votos.

(É realizado o escrutínio)

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas para que conste nas notas taquigráficas que o Deputado Tadeu Veneri votou.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Bradock)

Votaram trinta e nove Srs. Deputados: 28 NÃO; 01, em branco; 10 SIM. Portanto, **está aprovado o projeto e rejeitado o veto do Sr. Governador do Estado.**

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 040/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que regulamenta o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9.394/96, de 20/12/96. (transferência escolar - ensino superior). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 127/2005

Curitiba, 27 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 155/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 040/2004, por julgá-lo, em parte inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo normatizar, em nível estadual, o processo de transferência *ex-offício* a que se refere o

parágrafo único, do artigo nº 49, da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996 (Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB), regulamentado pela Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.

Por oportuno, cabe frisar que o referido dispositivo legal foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 3324-7), na parte que se refere às transferências “entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino.”

O projeto de lei em referência, da forma como está colocado, permitindo da maneira ampla e irrestrita as transferências, no âmbito de todas as instituições de ensino superior do sistema estadual, indubitavelmente incidirá na mesma inconstitucionalidade que fulminou parte da disposição legal federal antes referida.

Conforme informação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao contrário das instituições públicas de ensino superior, mantidas pelo Estado, *as instituições municipais não são gratuitas e poderiam ser caracterizadas como privadas por esse aspecto e assim o sendo a transferência ex-offício de uma instituição municipal para uma instituição estadual estaria vetada de acordo com a decisão do STF.*

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei em referência que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 040/2004, encontra-se publicado no DA nº 064/2005, em Redação Final, página 46).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 069/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 040/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo regulamentar o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9.394/96, de 20/12/96 (transferência escolar - ensino superior).

A Comissão de Constituição e Justiça através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federais e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, esse projeto é muito importante para o Estado do Paraná, mas principalmente para os funcionários públicos.

Gostaria de pedir o voto para a derrubada do veto do Governador, até porque o mesmo, lógico, pelo montante de projetos que tem no Governo Estadual não foi analisado a fundo. E nós, inclusive, no entendimento com o Deputado Dobrandino, o Líder, ele consultou o Governo e viu que foi um equívoco ter vetado esse projeto, até porque é uma lei federal que já existe e nós, na verdade, estamos ampliando para que aplique ao Estado do Paraná. E que o quer dizer o nosso projeto? O nosso projeto quer dizer que os funcionários públicos que foram transferidos de cidade, através de *ex-offício*, possam ter garantia, para si e para a sua família, a matrícula em uma escola fundamental do ensino médio, ou até mesmo em uma universidade. Então, na verdade, nada mais é do que uma garantia dos estudos dessa pessoa, que já está estudando no município, caso tenha necessidade de ser transferida pelo Governo do Estado.

Então, é um projeto em defesa do funcionalismo público. O Governo se equivocou em vetar esse projeto e já voltou atrás entendendo que é um projeto que valoriza o funcionário público. Peço a compreensão dos Deputados, tanto da Base de Situação, como de Oposição, para a derrubada desse veto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE **(Delegado Bradock)**

Solicito ao Sr. 1 Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Nereu Moura)**

Procede a chamada nominal para votação do veto.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero convidar os Srs. Parlamentares, em nome da Mesa Executiva, para conhecer o projeto do Anexo que deverá ser procedido à licitação nós próximos meses.

O Deputado Nereu, Deputado Cartário que não está aqui e todos os membros da Mesa convidam os Parlamentares para conhecê-lo; está ainda numa maquete na entrada principal da Assembléia, logo após a Sessão.

O SR. PRESIDENTE **(Delegado Bradock)**

Vamos convidar os Deputados José Maria, Elton Welter e Cleiton Kielse para fazer o escrutínio dos votos.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) **(Pela Ordem)**

Apenas para pedir a justificativa deste Deputado, do Deputado Bier e outros Deputados que estarão amanhã em Cascavel e Pato Branco: às 9 horas da manhã em Cascavel e às 19 horas em Pato Branco, partici-

pando da audiência pública a respeito do Orçamento do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

Vamos ao resultado: NÃO, 23, SIM, 16; branco 1.
Portanto está mantido o veto do Sr. Governador.

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 092/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 134/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre a disponibilização de impressora em braille nos Núcleos Regionais de Ensino da Secretaria de Estado da Educação. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 155/2005

Curitiba, 05 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 147/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 134/2005, porque, não havendo condições de plena exequibilidade, foi considerado contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Secretaria de Estado da Educação deverá *disponibilizar em seus Núcleos Regionais de Ensino, impressoras em braille, com cotas de impressão gratuita para as escolas da Rede Pública Estadual e inclusive as turmas de Educação de Jovens e Adultos.*

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do resultado de análise feita pela Secretaria de Estado da Educação que, reconhecendo a louvável iniciativa do Sr. Deputado, autor da proposição, concluiu dizendo que a medida *devido ao seu alto custo o projeto será inviável sem a destinação dos recursos financeiros à aquisição e manutenção das impressoras, bem como dos recursos humanos habilitados em configuração e proficiência do braille.*

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 134/2005, encontra-se publicado no DA nº 019/2005, em Projeto de Lei, pág. 15).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 092/2005 AO

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 134/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, vetado pelo Governador do Estado, objetiva obrigar o uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, em sede de parecer, optamos pela aprovação e conseqüente encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Para Encaminhar**)

Esse projeto foi vetado pelo Governo do Estado. É uma justificativa técnica. Ficaria elegante o veto a uma parte, porque no projeto coloca em 32 das regiões da Secretaria da Educação. Na verdade o Governo já está implantando esse programa, fez a contratação, com trezentos mil reais, de doze máquinas impressoras para ajudar no processo educacional dos portadores de deficiência visual no Estado do Paraná. Hoje, na escola pública somam perto de três mil e trezentos portadores de deficiência visual. Com essa máquina braille, que será instalada com software moderno, a partir de janeiro o professor que está dando aula para um portador de deficiência visual poderá mandar o texto por e-mail da sua escola para a regional da Secretaria da Educação. E lá, um programa especial vai transformar esse texto em braille, enviando-o novamente à escola.

Então, vai melhorar e qualificar o ensino para os portadores de necessidades especiais. O nosso projeto, era um projeto mais abrangente. O Governo do Estado tem razão, selecionou as doze principais regiões e instalou uma máquina braille com software moderno, importada da Bélgica, em doze regiões do Estado do Paraná atendendo à demanda. O Secretário da Educação e o Governador do Estado ontem me garantiram que, se for necessário, no futuro, o Governo do Estado comprará mais máquinas, estendendo ainda o programa de inclusão social como prevê a LDB dos portadores de necessidade especial.

O objetivo está alcançado. A Secretaria da Educação já estava em curso com um programa dessa natureza. Parabéns ao Secretário Maurício Requião, parabéns ao Governador do Estado.

Por isso, peço aos Srs. Deputados que acompanhem o veto do Governador, porque neste momento, exigir que o Governo estabeleça uma máquina braille nas 32 regiões, não se faz necessário. O Governo redirecionou as regiões em doze, atendendo à demanda existente hoje na escola pública do Estado do Paraná.

Era esse o encaminhamento que gostaria de oferecer aos Deputados que podem votar SIM ao veto do Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

A Mesa registra, a pedido do Deputado Nereu Moura, a presença do Vereador Dinarte Ludoruski, de Quedas do Iguaçu. Nossos agradecimentos pela visita.

Passamos à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

Trinta e cinco votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

A Mesa convida os Deputados Jocelito Canto, Ailton Araújo e Tadeu Veneri, para fazer o escrutínio.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

Sr. Presidente, quatorze Deputados votaram NÃO; dezenove votaram SIM e dois brancos.

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

Está mantido o veto do Sr. Governador.

Discussão Única (Indicações)

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº056/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que sugere exclusão de produtos do regime de substituição tributária. **Aprovada.**

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Há um pedido de informação na mesa, sobre a questão da febre aftosa, pois fiz uma afirmação ontem aqui, quero confirmá-la ou refutar.

Ouvi muitas críticas. Vou reafirmar com todas as letras que no Paraná não foram repassados recursos. Se não foram, e esse pedido de informação foi nesse sentido, é por falhas na prestação de contas do convênio de 2002.

Era isso! Muito obrigado!

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Delegado Bradock**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3182 e 3183, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3184 e 3185, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3188, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3190, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3192 a 3198, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3199 a 3202, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3203 e 3205, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3206 e 3212, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3210 e 3211, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3215 a 3219, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).**

Requerimento nº 3221, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3222, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 433, 456, 573 e 583/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 156, 438, 545, 562, 563, 592, 606 e 609/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001 e 077/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005.

“Lula conhece o Brasil de vista”

Villas Bôas Corrêa
Gazeta do Povo

A bordo do estafado Aerolula, o casal presidencial atravessou o Atlântico e pousou em Portugal para a 53ª viagem internacional nos dois anos e nove meses de mandato de Lula, quando visitou 74 países, alguns com repeteço. Em 34 meses, retemperou-se da fadiga maçante da rotina burocrática nos 130 dias, ou quatro meses e dez dias em que andou pelas ruas e praças do mundo e dormiu nos finos lençóis de hotéis de luxo ou como hóspede oficial do governo dos países visitados.

Um desempenho de causar inveja ao mais sofisticado turista endinheirado e com vagares para gozar a vida. Com a vantagem nada desprezível das mordomias milionárias, sem coçar o bolso para gastar uma moeda de centavos. O caprichado programa montado com a competência e a esperteza do Ministério das Relações Exteriores, selecionou compromissos em quatro países - Portugal, Espanha, Itália e Rússia - para compor a agenda decorosa que justifique os seis dias, de 12 a 18, uma semana útil de ausência e com cuidado para evitar aborrecimentos e facilitar os encontros, as reuniões, as oportunidades que atraem o interesse da mídia e garantem espaço na imprensa. Claro, com público e microfone para os discursos de afirmação do líder emergente no plano internacional.

Viagens oficiais costumam entremear a aridez dos atos oficiais com horas compensatórias para os que gostam de conhecer e tentam entender este vasto mundo conturbado. No caso especialíssimo do nosso presidente e, supõe-se também de dona Marisa, a viagem, qualquer viagem é bem-vinda, como uma fuga prazerosa e que acaricia a vaidade com o brilhareco no exterior. O seu temperamento inquieto esvoaça, como o vôo do beija-flor, sobre paisagens, marcos históricos de civilizações

milenarios, temas e projetos que exijam a atenção, a leitura de documentos. Estas são as marcas da sua tumultuada passagem pelo governo, que acumula dissabores, alguns amargos, como o escândalo da corrupção que gerou as CPI's dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, a implosão do PT e a provável cassação de mais de uma dezena de mandatos, para começo de conversa. É da sua índole, completada pela deficiência da formação. E que molda o comportamento do governo, com as muitas dores de cabeça de problemas que irrompem de surpresa e pegam o governo desatento, a catar desculpas para tapar os rombos da imprevidência.

Não bastasse a trapalhada da roubalheira recordista para abastecer o caixa 2 das campanhas eleitorais de ganância alucinada e o mensalão para compra ou aluguel de deputados, a denúncia do surto de febre aftosa, que parecia debelada em anos de vacinação, pegou o governo de guarda aberta, exposto ao ridículo da sua incompetência, da falência da liderança omissa que merece a qualificação de criminosa.

A foto do ministro da Agricultura Roberto Rodrigues nos jornais e noticiários das TVs, flagrado na apressada visita ao foco do alarme em Mato Grosso do Sul, com a camisa de mangas arregaçadas e manchas de suor, os olhos espremidos no rosto tenso, boca fechada de quem não tem o que dizer além das esfarrapadas desculpas e as promessas de sempre é uma confissão de quem foi pilhado em situação inexplicável. Só há um culpado: o governo. E se a fila dos responsáveis passa pelo ministro negligente, termina no presidente.

Estamos perdidos e mal pagos no reino do absurdo, da mais absoluta irresponsabilidade. A exportação de carne bovina registra recordes crescentes em anos sucessivos. E sofre a retração calamitosa com a compreensível reação de mais de três dezenas de países, que proibiram a entrada do produto brasileiro em seu mercado.

Todo o enredo começa na mesquinha do Ministério da Fazenda e da política econômica de cortar despesas para ganhar na estatística, que liberou apenas R\$ 555,2 mil, ou seja, 1,6% da verba orçamentária de R\$ 35,3 milhões para a compra da vacina que garante a erradicação da febre aftosa.

Os cupinchas de plantão juram que Lula de nada sabia, ficou muito aborrecido, chamou às falas o ministro da Fazenda Antônio Palocci e determinou a imediata liberação dos recursos necessários para tampar o buraco cavado pela incúria oficial.

Com a consciência aliviada, pegou o avião e caiu fora. É o seu jeito, não há nada que se possa fazer. Não sabe e não gosta de governar. Delega poderes para não se aborrecer. Viaja para espairecer. E jacta-se de que ninguém conhece melhor este país do que ele. Lula conhece o Brasil de vista. E sabe das coisas por ouvir dizer. Como quem toca flauta de ouvido sem saber uma nota.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005.

“Irresponsabilidade: o drama da febre aftosa”

Antonio Ermírio de Moraes
Gazeta do Povo

Quanto vale a confiança no comércio internacional? Nesse campo, uma boa imagem é fator decisivo para ganhar e reter compradores. Qualidade e pontualidade são tão importantes quanto o preço e crédito.

Em qualquer setor, a confiança é o principal capital das empresas e dos países. Para chegar a ela, leva tempo, requer muito trabalho, investimentos de monta e, sobretudo, uma extrema vigilância. O importador que está acostumado a receber uma determinada liga metálica com 99% de pureza, fica abalado quando uma partida do produto chega com 98%. Em uma simples venda, destrói-se a confiança e a imagem.

Se isso é importante para as exportações de ligas metálicas, minério de ferro, bauxita e outros insumos que entram na manufatura de produtos industriais, o que dizer dos alimentos que são consumidos por animais e seres humanos?

O caso da febre aftosa encontrada no Mato Grosso do Sul teve um efeito devastador na imagem do Brasil. Em menos de um ano, depois do embargo da Rússia de meados de 2004, repetimos o mesmo erro.

Agora o desastre foi mais amplo. Os maiores compradores do mundo suspenderam as importações de carne bovina do Brasil. E o mesmo pode acontecer com a carne de frango se não tomarmos as medidas apropriadas para conter o vírus da gripe aviária. A Coreia do Sul e o Japão, por exemplo, já paralisaram as importações de frango da Coreia do Norte.

Agora não é obra de se buscar vítimas e culpados. No desastre da aftosa há dois lados, o dos produtores e o do governo. Há produtores que negligenciam, é verdade. Mas, o governo ficou desaparelhado. O presidente da Sociedade Rural Brasileira, João Sampaio Filho, protestou ao ver que, em 2005, o Ministério da Agricultura foi obrigado a reduzir de R\$ 135 milhões para R\$ 37 milhões os recursos para defesa sanitária. Corte gravíssimo pois, já em 2004, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, havia eleito para 2005 a erradicação da febre aftosa como prioridade número um da sua Pasta, o que dependia de recursos e realização de concurso para técnicos em inspeção sanitária, o que não ocorreu.

Conseqüência: derrubamos a imagem do Brasil no mercado internacional. As importações foram suspensas. Mais de US\$ 3 bilhões serão perdidos e milhares de empregos vão ser destruídos. Serão necessários vários anos para se reconquistar a confiança. O que dirão os russos que, 12 meses depois, se vêem diante do mesmo problema? Dá para confiar no Brasil? Os controladores dos

recursos, por melhor que sejam suas intenções, precisam saber que, alguns deles, são essenciais e necessitam ser liberados a tempo e a hora.

A Nação está indignada, mesmo porque não faltaram recursos para contratar dezenas de milhares de militantes partidários em cargos de confiança e não houve numerário para autorizar o concurso e a contratação de fiscais sanitários. Estamos pagando um preço muito alto por um grave erro político. Um castigo que os brasileiros não mereciam.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005.

“A Lição da Aftosa”

Gazeta do Povo

A crise na exportação de carnes brasileiras com a descoberta de um foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul é um sinal de alerta para a necessidade de alteração da rota na gestão de governo. Por não ter liberado uma verba de 137 milhões de reais para a defesa sanitária, o país vai ter perdas de 3 a 4 bilhões de dólares, cerca de dez bilhões de reais. Realmente, é preciso equilibrar os pratos da balança nas finanças públicas, mas sem sacrificar setores essenciais como vem sendo feito até agora, sob pena de os custos superarem os eventuais ganhos de uma estabilidade levada a extremos.

A alteração de rota envolve dois aspectos principais: o balizamento dos juros em um patamar realista para nosso estágio de desenvolvimento e o ajuste da relação de câmbio em um nível que assegure a continuidade do esforço exportador. Com a redução dos juros básicos para uma taxa comparável a de outros países, o governo poderia diminuir também os custos da dívida, o que aliviaria a necessidade de canalizar dois terços a receita de tributos para o pagamento parcial e a rolagem do saldo das obrigações fiscais assumidas pelo Tesouro.

Essa medida permitiria retomar outras atividades fundamentais da Administração pública, deixadas de lado nos últimos anos - da infra-estrutura viária à defesa sanitária animal. Até agora apenas R\$ 37 milhões foram liberados da verba já irrisória de 137 milhões, colocando em risco a exportação de carnes do Brasil, que aspirava à primeira posição mundial nesse segmento. Ao longo do ano lideranças da agropecuária e autoridades do Ministério da Agricultura vinham alertando para a necessidade de um programa efetivo de vigilância, tendo o ministro da Área, Roberto Rodrigues, um dia antes da descoberta do foco matogrossense, afirmado - em entrevista para este jornal por ocasião do lançamento do suplemento Gazeta Rural - que “um dos fatores limitantes à competitividade brasileira no comércio mundial é a falta de investimento em defesa sanitária”. Na segunda-feira, ao passar por Curi-

tiba o paranaense Hélio Ventura, administrador do Conselho Federal de Medicina Veterinária, também chamava atenção para o fato de as fronteiras nacionais estarem desprotegidas quanto a doenças que atingem os animais, aludindo ao risco previsível da chegada da gripe aviária.

O professor Alexandre Lahoz, da Fundação Getúlio Vargas, junta que “a internacionalização do agronegócio brasileiro trouxe consigo complicadores adicionais”; isto é, além de lutar pela abertura de mercados, cumpre conservá-los com medidas de controle adequadas por parte do poder público. Em vez disso seguimos uma miopia de quem faz economia de palito em banquete. Conhecedor das entranhas do poder em que atuou como ministro do Planejamento, o economista João Sayad adverte que manter os juros altos e a taxa cambial desregulada significa criar “um imenso buraco negro, tão fundo que não permite ouvir os gritos dos produtores, exportadores e trabalhadores, e tão escuro que anula todas as demais iniciativas, públicas ou privadas”.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005.

“Pecuaristas reagem à declaração de Lula de que Saúde do Gado depende do dono”

Eduardo Biagini com Agências
Gazeta do Povo

Ponta Grossa - A declaração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na tarde de ontem, em Portugal, quando afirmou que a responsabilidade pela sanidade dos animais é do produtor, irritou os pecuaristas paranaenses. Para o produtor Maurício Borg, que tem 800 cabeças de gado na Região dos Campos Gerais, o presidente está equivocado: “Tudo isso é por falta de fiscalização do governo federal”. Borg ressalta que os problemas causados pelo foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul podem ser temporários, mas trazem prejuízos para os produtores de todo país. “O preço do gado estava melhorando, mas agora complicou tudo novamente.”

Já o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Edson Neme Ruiz, entende que o presidente Lula não está totalmente errado. Mas argumenta que o Governo também tem responsabilidade pela saúde dos animais e que é preciso “maior fiscalização, com um acompanhamento melhor nas propriedades e mais testes para comprovar a saúde dos animais”.

Ruiz analisa que a falta de investimentos do governo federal nos últimos três anos favoreceu o surgimento do foco de febre aftosa, em Eldorado, a 30 quilômetros da divisa com o Paraná. “Foi uma somatória de fatores, mas com mais recursos teríamos mais chances de evitar isso”, diz. O presidente da Sociedade Rural acha

ainda que não adianta realizar campanhas de vacinação de gado apenas no Brasil.

A declaração do presidente Lula, que também disse não ter faltado dinheiro para vacinação e prevenção à febre aftosa no gado brasileiro é uma resposta às críticas que o governo tem recebido, principalmente dos políticos da bancada ruralista e de pecuaristas. Eles questionam o fato de o Ministério da Fazenda não ter liberado a maior parte dos recursos destinados ao controle sanitário do gado brasileiro neste ano. O Paraná, por exemplo, há três anos não recebe recursos federais destinados à defesa sanitária e as despesas foram cobertas pelo governo do estado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005.

“A Sanidade Relegada”

Ágide Meneguette
Gazeta do Povo

O foco da febre aftosa em Eldorado, no Mato Grosso do Sul, a 30 quilômetros de nossas divisas, não é uma surpresa. Poderia ter ocorrido em qualquer outro lugar, em qualquer outro estado, de qualquer um dos circuitos pecuários em que é dividido o país para efeito dos controles da doença.

Surpresa é não ter ocorrido antes em face da política adotada pelo governo federal de cortar sistematicamente os recursos destinados à defesa sanitária animal e vegetal do país.

A Faep tem feito advertências de que a redução das dotações orçamentárias para a sanidade e os cortes que os recursos previstos só poderia dar no que deu. Podem penalizar o pecuarista dono do rebanho infectado. Podem imputar ao governo do Mato Grosso do Sul uma boa parte da responsabilidade pela falta de fiscalização, mas o grande culpado é o governo federal.

As exportações de carnes bovinas e suínas já atingiram, este ano, a US\$ 3 bilhões, dando ao Brasil a liderança do setor no comércio internacional. Isto tudo pode virar pó, com um grande prejuízo para pecuaristas, desemprego e falta de renda no interior do estado.

Se nós somos incapazes de controlar uma doença como a aftosa, tremo só em pensar se a gripe aviária nos atingir, lembrando que a Europa já registra sua ocorrência. Imaginem o desastre que isso poderá ser para a nossa produção de aves, envolvendo milhares de pequenas propriedades rurais.

Na falta de governo, a reunião dos Conselhos Municipais e Intermunicipais de Sanidade, que se realiza dia 17 deste mês, assume uma importância muito maior. Mais do que reativar esses conselhos, que reúne autoridades, técnicos e representantes dos produtores e da sociedade, trata-se de tomar em suas mãos novas tarefas. A defesa sanitária é, afinal, do nosso interesse.

Ao mesmo tempo, temos que exercer uma forte pressão exigindo que o governo federal cumpra a sua parte e disponibilize os recursos - técnicos e financeiros - necessários para evitar que novos focos de febre aftosa venham a ocorrer e que a gripe aviária chegue ao nosso país e nos encontre desarmados.

Chega de irresponsabilidade!

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 0302005 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905100	2000	100	7.500.000,00
44905200	2000	100	5.500.000,00
44909200	2000	100	1.500.000,00
Total			14.500.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	100	7.800.000,00
31901300	2000	100	1.000.000,00
33903300	2000	100	200.000,00
33903900	2000	100	4.000.000,00
31900300	9000	100	1.500.000,00
Total			14.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 10.10.2005.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:
Deputado Nereu Moura - Primeiro Secretário

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○